



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO
SUCKOW DA FONSECA



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
Relatório de Gestão do Exercício de 2011

CEFET/RJ

Fevereiro 2012



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO
SUCKOW DA FONSECA

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do Exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições normativas vigentes. Este instrumento de prestação de contas abrange as atividades e dispêndios oriundos das seguintes unidades administrativas: Unidade Sede Maracanã, Unidade Descentralizada Nova Iguaçu, Unidade Descentralizada Maria da Graça, Unidade Descentralizada Petrópolis, Unidade Descentralizada Nova Friburgo, Unidade Descentralizada Itaguaí, Unidade Descentralizada em Expansão Angra dos Reis e Núcleo Avançado de Valença.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2012

Dirigentes do Sistema CEFET/RJ

Carlos Henrique Figueiredo Alves
Diretor-Geral

Maurício Saldanha Motta
Vice-Diretor

Gisele Maria Ribeiro Vieira
Diretora de Ensino

Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco
Diretor de Pesquisa e Pós-graduação

Maria Alice Caggiano de Lima
Diretora de Extensão

Diego Moreira de Araujo Carvalho
Diretor de Administração e Planejamento

Álvaro Chrispino
Diretor de Gestão Estratégica

Luciano Santos Constantin Raptopoulos
Diretor da UnED Nova Iguaçu

Sérgio de Mello Teixeira
Diretor da UnED Maria da Graça

Paulo Cesar Bittencourt
Diretor da UnED Petrópolis

Fernanda Rosa dos Santos
Diretor da UnED Nova Friburgo

Luiz Diniz Corrêa
Diretor da UnED Itaguaí

Haroldo Pereira Gomes
Gerente da Expansão de Angra dos Reis

Arnaldo Amandio de Lima Costa
Gestor do Núcleo Avançado de Valença

Elaboração

Diego Moreira de Araujo Carvalho
Diretor de Administração e Planejamento

Célia Machado Guimarães e Sousa
Assessora de Gestão, Operações, Orçamento e Convênios

Colaboração

Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco
Diretor de Pesquisa e Pós-graduação

Maria Alice Caggiano de Lima
Diretora de Extensão

Álvaro Chrispino
Diretor de Gestão Estratégica

Dayse Haime Pastori
Diretora Adjunta de Graduação

Luiz Eduardo Laranjeira da Silva
Assessor da Direção Geral

Carlos Augusto Freitas Maciel
Chefe do Departamento de Estudos de Desenvolvimento Institucional

Luiz Carlos Fonseca Machado
Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação

Sumário

SUMÁRIO	5
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE TABELAS	7
INTRODUÇÃO	10
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	12
RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	12
COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL	13
MISSÃO	13
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	13
HISTÓRICO E ÁREAS DE ATUAÇÃO	14
ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	16
ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO	16
ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO	18
IGC – ÍNDICE GERAL DE CURSOS DA INSTITUIÇÃO	19
PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	19
AÇÕES FINALÍSTICAS	22
DESEMPENHO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	25
FUNCIONAMENTO DA GRADUAÇÃO	25
FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA	25
PÓS-GRADUAÇÃO	25
DIFUSÃO DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA	27
FUNCIONAMENTO DO ENSINO MÉDIO NA REDE FEDERAL	28
FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	28
EXECUÇÃO FÍSICA	29
DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO	30
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS	34
INDICADORES DE GESTÃO	39
ATIVIDADES DE ENSINO	39
RELAÇÃO ENTRE CANDIDATO E VAGAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	39
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	39
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO DO ENSINO MÉDIO	42
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE	42
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO TÉCNICO À DISTÂNCIA	43
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS ENSINOS TÉCNICOS CONCOMITANTE INTERNO E EXTERNO	43

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO TÉCNICO - PROEJA	44
NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS A ALUNOS CONVENIADOS	45
NÚMERO DE CONCLUINTE POR MODALIDADE DE ENSINO	45
ATIVIDADES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	46
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO	46
CURSOS DE MESTRADO	46
CONCESSÃO DE BOLSAS	47
EVENTOS, SEMINÁRIOS E SIMPÓSIOS ORGANIZADOS	47
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	48
ESTÁGIO E EMPREGO	48
AÇÕES EXTENSIONISTAS	48
AÇÕES DE EMPREENDEDORISMO INOVADOR - INCUBADORA	48
GESTÃO DE CONVÊNIOS DE EXTENSÃO ATIVOS	49
EVENTOS REALIZADOS NO CEFET/RJ	49
OUTRAS ATIVIDADES	52
CONCURSOS REALIZADOS	52
INDICADORES ESPECÍFICOS	54
RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	55
INFORMAÇÃO SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	56
COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	56
COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	59
DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL	60
TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA	61
GESTÃO DE BENS E IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	63
DECLARAÇÃO SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS E CONGÊNERES	64
CUMPRIMENTO DA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993	64
FUNCIONAMENTO DO CONTROLE INTERNO DA UJ	65
CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	67
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	68
RECOMENDAÇÕES DA CGU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	69
RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	72
DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL	83
INDICADORES DE GESTÃO - TCU - ACÓRDÃO Nº 408/2002	84
CONCLUSÃO	86
ANEXO I - MEMÓRIA DOS CÁLCULOS NECESSÁRIOS PARA O CUMPRIMENTO DO ACÓRDÃO Nº 408/2002 - TCU	87

Lista de Figuras

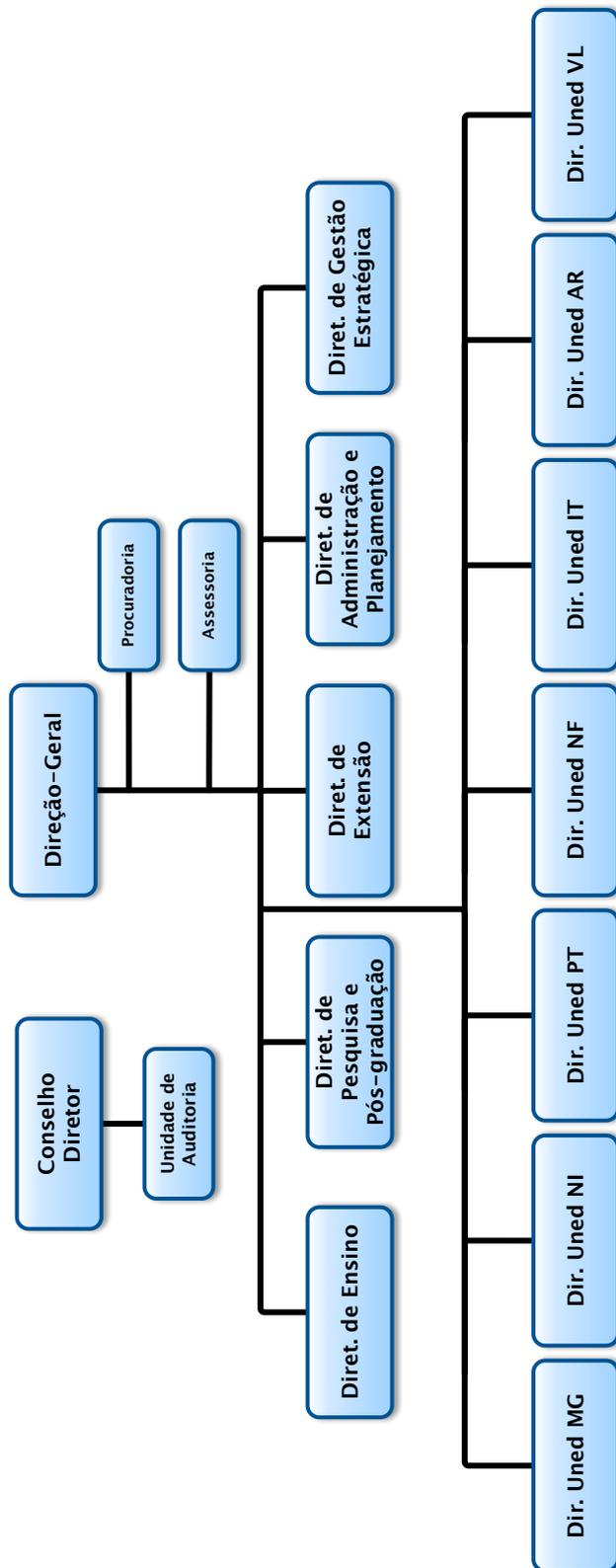
Figura 1: Vagas disponíveis para os cursos de graduação.....	25
Figura 2: Número de Doutores atuando na Pós-graduação	26
Figura 3: Número de artigos publicados em jornais indexados.....	26
Figura 4: Número de artigos publicados em congressos	27
Figura 5: Número de grupos de pesquisa registrados no CNPq.....	28
Figura 6: Relação de candidato e vagas nos cursos de graduação.....	39
Figura 7: Número de matrículas na graduação em todos os <i>campi</i>	41
Figura 8: Número de matrículas no ensino médio.....	42
Figura 9: Número de matrículas no ensino técnico	45

Lista de Tabelas

Tabela 1: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Sede (Maracanã)	40
Tabela 2: Alunos matriculados na graduação - Tecnologia - Unidade Sede (Maracanã)	40
Tabela 3: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Nova Iguaçu	40
Tabela 4: Alunos matriculados na graduação - Tecnologia - Unidade Nova Friburgo	40
Tabela 5: Alunos matriculados na graduação - Licenciatura - Unidade Nova Friburgo	40
Tabela 6: Alunos matriculados na graduação - Tecnologia - Unidade Petrópolis	40
Tabela 7: Alunos matriculados na graduação - Licenciatura - Unidade Petrópolis	41
Tabela 8: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Itaguaí	41
Tabela 9: Sumário dos alunos matriculados na graduação de todos os <i>campi</i>	41
Tabela 10: Alunos matriculados no ensino médio por campus.....	42
Tabela 11: Alunos matriculados no ensino técnico subsequente - Unidade Sede (Maracanã)	42
Tabela 12: Alunos matriculados no ensino técnico subsequente - Unidade Itaguaí	43
Tabela 13: Alunos matriculados no ensino técnico à distância - Unidade Sede (Maracanã).....	43
Tabela 14: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Sede (Maracanã)	43
Tabela 15: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Nova Iguaçu	43
Tabela 16: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Maria da Graça.....	44
Tabela 17: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Petrópolis	44
Tabela 18: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Nova Friburgo	44
Tabela 19: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Itaguaí	44
Tabela 20: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Angra dos Reis	44
Tabela 21: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Valença	44
Tabela 22: Alunos matriculados no ensino técnico PROEJA - Unidade Maria da Graça.....	44
Tabela 23: Vagas oferecidas a alunos conveniados com outros colégios	45
Tabela 24: Número de concluintes por modalidade de ensino	45
Tabela 25: Número de alunos matriculados e certificados nos cursos de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	46
Tabela 26: Número de alunos matriculados e certificados nos cursos de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	46
Tabela 27: Série histórica dos alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	47
Tabela 28: Trabalhos produzidos pela Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	47
Tabela 29: Número de alunos bolsistas por modalidade de programa de concessão de bolsas	47
Tabela 30: Sumário dos serviços de estágio e emprego	48
Tabela 31: Sumário das ações extensionistas	48
Tabela 32: Sumário dos serviços de estágio e emprego	48
Tabela 33: Resumo dos convênios de extensão ativos.....	49
Tabela 34: Lista dos eventos realizados no CEFET/RJ.....	49
Tabela 35: Concurso para discente – vagas disponíveis.....	52
Tabela 36: Concurso para docente – vagas disponíveis	53
Tabela 37: Concurso para discente - número de candidatos	53

Tabela 38: Concurso para docente - número de candidatos	53
Tabela 39: Indicadores específicos	54
Tabela 40: Acórdão N° 1046/2006	54
Tabela 41: Estrutura do Controle interno da UJ	65
Tabela 42: Quadro C.7.1 – Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU - Acórdão N° 408/2002	84
Tabela 43: Quadro C.7.2 – Resultados dos indicadores – Decisão TCU - Acórdão 408/2002	85

Organograma Funcional



Introdução

Relatório de Gestão é um documento que apresenta, para a Sociedade uma fotografia das dimensões atuais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) com os resultados obtidos na Gestão do Centro em 2011, e, simultaneamente, traz as informações e reflexões relativas ao cumprimento de sua missão institucional, considerando as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual do Governo Federal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo Federal e no Orçamento da União.

O objetivo principal deste Relatório é apresentar dados, informações e indicadores apurados na Gestão do Centro em 2011, no cumprimento de sua Missão Institucional, considerando os seguintes atos legais:

- Lei 11.653/2008, Plano Plurianual do Governo Federal (2008 – 2011);
- Lei 12.309/2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Lei 12.381/2011, Lei Orçamentária Anual;
- Lei 4.320/1964, Lei de Direito Público Financeiro;
- Lei 8.666/1993, Lei de Licitações e Contratos;
- Lei 10.520/2002, Lei do Pregão.

Além disso, o Decreto 7.425, de 05 de janeiro de 2011, dispôs sobre a execução orçamentária dos órgãos do Poder Executivo até a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2011.

A formatação deste Relatório de Gestão esta baseada nos seguintes instrumentos normativos:

- Instrução Normativa nº 63/2010 – TCU;
- Instrução Normativa nº 107/2010 – TCU;
- Portaria nº 2546/2010 – CGU;
- Portaria TCU 123/2011, de 12 de maio de 2011;
- Decisão normativa TCU 108 de 24 de novembro de 2010.

A análise e comentários da Gestão, incluindo seus elementos contábeis e financeiros, foram abordados, de forma parametrizada e de maneira transparente, demonstrando o cumprimento de suas competências regimentais, suas execuções programáticas e as ocorrências gerenciais relevantes do exercício. As dificuldades enfrentadas pela Instituição na implementação da sua programação, no que diz respeito à execução orçamentária e financeira, pressionada pela necessidade de terceirização de diversos serviços, não impediram o desenvolvimento em termos quantitativo e qualitativo, revelado pelo desempenho satisfatório das metas estabelecidas e avanços demonstrados em todos os segmentos da Instituição.

O CEFET/RJ durante os últimos anos passou por uma significativa expansão, que pode ser evidenciada pelo aumento de 3 (três) *campi* para 8 (oito). Essa expansão aumentou a atuação do Centro no Estado do Rio de Janeiro, atuação tal, que está focada no provimento social de cursos de formação em tecnologia em todos os níveis, iniciando no ensino técnico e findando na pós-graduação *stricto sensu*. Cabe salientar a importância dos cursos de graduação em Engenharia e Tecnologia nesse momento de crescimento econômico, que suprem as necessidades brasileiras com oferecimento de mais de 3000 vagas por ano. Esse quantitativo de vagas, que com a adesão ao Sistema Unificado de Seleção, teve o acesso democratizado, incentivando a mobilidade estudantil nacional.

Com raízes constituídas há mais de 95 anos, a capacidade e competência do CEFET-RJ como instituição de ensino tecnológico projeta naturalmente o seu futuro na transformação em Universidade Tecnológica, o que priorizaria o desenvolvimento de capital humano para as necessidades sociais, o que proporcionaria meios e formas de acesso ao ensino tecnológico público e gratuito com qualidade no Estado do Rio de Janeiro, para o desenvolvimento econômico e social da Região Sudeste e do País. Desta forma, cabe salientar que a

expansão realizada foi capaz de levar a educação tecnológica a uma supra-região formada por mais de 40 municípios indiretos, provendo frutos a uma população de mais de 8 milhões de pessoas.

Além da educação tecnológica, é necessário destacar as atividades de extensão que integram o rol de ações tecnológicas à população da supra-região e a pesquisa e pós-graduação que vem se fortalecendo com os programas de pesquisa acadêmico através das parcerias constantes com as instituições de fomento como CAPES, FNDE, CNPQ e FINEP, no seu desenvolvimento, na implantação dos grupos de pesquisa, fortalecendo assim a estratégia de atuação voltada para a solidificação da pesquisa em todo o sistema CEFET/RJ.

Os itens da Decisão Normativa TCU N° 108, de 24 de novembro de 2010 que não se aplicam ao CEFET/RJ:

- Parte A, Item 3 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, pois não ocorreu o referido reconhecimento;
- Parte A, Item 6 - Informações sobre transferências mediante a convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, ou outros acordos, pois não ocorreu transferência congênere no exercício;
- Parte A, Item 13 - Informações sobre cartões de pagamento, pois esta UJ não dispõe de cartões de pagamento;
- Parte A, Item 14 - Informações sobre renúncia tributária, pois esta UJ não efetuou renúncias durante o período;
- Parte A, Item 15 - Informações sobre providências adotadas para atender deliberações do TCU, pois não requisitadas providências durante o período;
- Parte C, Item 7, subitem (b) - Relação dos projetos desenvolvidos pelas fundações sob a égide da Lei n° 8.958/1994, pois esta UJ não apresenta fundação de apoio.

Parte A – Conteúdo Geral

Identificação da Unidade Jurisdicionada

O Quadro A.1.1 apresenta a identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ).

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			
Denominação abreviada: CEFET-RJ			
Código SIORG: 000448		Código LOA: 26256	Código SIAFI: 15244
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia - 1104			
Principal Atividade: Educação			Código CNAE: 8030-6
Telefones/Fax de contato:		(021) 2566-3110	(021) 2566-3112 (021) 2568-2198
Endereço Eletrônico: caique@cefet-rj.br			
Página na Internet: http://www.cefet-rj.br			
Endereço Postal: Avenida Maracanã, 229 Maracanã – Rio de Janeiro – RJ CEP 20.271-110			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei 6.543 de junho de 1978			
Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto publicado pela portaria MEC nº 3796 de 01/11/2005			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
153010		Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
15244		Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
153010		15244	

Responsabilidades Institucionais

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca é uma instituição autárquica de regime especial vinculada ao Ministério da Educação (MEC), no espírito da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, tem por finalidade o oferecimento de educação tecnológica. Configura-se, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, como instituição de ensino superior pluricurricular, especializada na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.

Competência institucional

O CEFET/RJ goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedece o princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Seus objetivos estatutários e regimentais são:

- ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
- ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- realizar pesquisa, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;
- promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

Missão

Observadas a finalidade e as características atribuídas aos Centros Federais de Educação Tecnológica e a responsabilidade social de que essas se revestem, o CEFET/RJ continua a assumir como missão institucional:

“Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, na interação com a sociedade, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico dessa mesma sociedade”.

Objetivos estratégicos

O CEFET-RJ se empenha em responder ao anseio de uma sociedade, na busca do ensino de qualidade, nos três níveis de ensino que ministra (médio/técnico graduação e pós-graduação). Para isso tem desenvolvido alguns processos, que repercutem um grau de alcance bastante satisfatório de seus objetivos, como de atuar e intervir na formação do ser humano, na produção de pesquisas que agreguem ao desenvolvimento social. Dentre os seus objetivos vamos destacar:

- Sustentação do projeto institucional de transformação do Centro em Universidade Tecnológica;
- Construção de seu Projeto Pedagógico Institucional;
- Consolidação da atuação institucional em Sistema *Multicampi*, com novas Unidades Descentralizadas;
- Fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação;
- Nova visão a partir da construção de seu Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Investimento constante em melhoria de infraestrutura física;
- Democratização do planejamento, gestão e avaliação institucional.

Histórico e áreas de atuação

A construção histórica e social desta Instituição, de origem quase centenária, tem se operado na dinâmica do desenvolvimento do País, de forma coetânea com as demandas educacionais, crescentes em número e níveis de escolaridade. Atuando, no presente, da educação profissional técnica de nível médio à pós-graduação *stricto sensu*, desenvolve, com qualidade crescente, o ensino, a pesquisa e a extensão como ações intencionais, assumindo, destacadamente, a Tecnologia como objeto de interesse filosófico e científico.

Situada na cidade que foi capital da República até 1960, a Instituição teve sua vocação definida a partir de 1917, quando, criada a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás pela Prefeitura do Distrito Federal – o início da trajetória –, recebeu a incumbência de formar professores, mestres e contramestres para o ensino profissional. Em 1919, a Escola Normal passou à jurisdição do Governo Federal e, em 1937, ao se reformular a estrutura do então Ministério da Educação, foi transformada em liceu destinado ao ensino profissional de todos os ramos e graus, como aconteceu às Escolas de Aprendizes Artífices, que, criadas nas capitais dos Estados, por decreto presidencial de 1909, para proporcionar ensino profissional primário e gratuito, eram mantidas pela União.

Naquele ano de 1937 tinha sido aprovado o plano de construção do liceu profissional que substituiria a Escola Normal de Artes e Ofícios. Antes, porém, que o liceu fosse inaugurado, sua denominação foi mudada, passando a chamar-se Escola Técnica Nacional, consoante o espírito da Lei Orgânica do Ensino Industrial, promulgada em 30 de janeiro de 1942. A essa Escola, instituída pelo Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, coube ministrar cursos de 1º ciclo (industriais e de mestria) e de 2º ciclo (técnicos e pedagógicos).

Com a autonomia administrativa trazida pelo Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959, a Escola Técnica Nacional passou, gradativamente, a extinguir os cursos de 1º ciclo e atuar na formação exclusiva de técnicos. Em 1966, foram implantados os cursos de Engenharia de Operação, introduzindo-se, assim, a formação de profissionais para a indústria em cursos de nível superior de curta duração. Os cursos eram realizados em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, para efeito de colaboração do corpo docente e expedição de diplomas. A necessidade de preparação de professores para as disciplinas específicas dos cursos técnicos e dos cursos de Engenharia de Operação levou, em 1971, à criação do Centro de Treinamento de Professores, funcionando em convênio com o Centro de Treinamento do Estado da Guanabara (CETEG) e o Centro Nacional de Formação Profissional (CENAFOR).

Durante esse período, a Escola recebeu outras designações: Escola Técnica Federal da Guanabara, em 1965, pela identificação com a denominação do respectivo Estado; Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca, em 1967, como homenagem póstuma ao primeiro Diretor escolhido a partir de uma lista tríplice composta pelos votos dos docentes. Finalmente, a transformação de Escola Técnica Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica dá-se pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.

Desde essa data, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ passou ter objetivos conferidos a instituições de educação superior, devendo atuar como autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar. Com efeito, desde 1978, o Centro passou a ofertar cursos de graduação em engenharia industrial e, a partir de 1992, cursos de mestrado em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Com unidade-sede localizada na cidade do Rio de Janeiro, as atividades acadêmicas do CEFET/RJ se estendem a seis Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs): uma no município de Nova Iguaçu, alcançando a população da Baixada Fluminense; outra, em Maria da Graça, antiga região industrial do Rio de Janeiro servida de linhas de ônibus e metrô com acesso ao subúrbio e municípios vizinhos; duas outras

nas cidades de Petrópolis e Nova Friburgo, polos de tecnologia, moda e turismo na Região Serrana do Estado; duas em Itaguaí e Angra dos Reis, municípios da Região da Costa Verde, além de um Núcleo Avançado no município de Valença, antiga região cafeeicultora.

No sistema *multicampi* são oferecidos cursos regulares de ensino médio, educação profissional técnica e graduação, atendendo a mais de 10.000 alunos/ano, além de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* e de extensão. O número de matrículas dos cursos de graduação situa-se em torno de 30% do total de matrículas dos cursos regulares. Junto a estes, oferecidos sob a forma de atividades presenciais, coexistem programas e projetos na modalidade de educação a distância.

São seis os programas de pós-graduação *stricto sensu* – em Tecnologia, Ensino de Ciências e Matemática, Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais, Engenharia Elétrica, Ciência, Tecnologia e Educação e Relações Étnicoraciais, sendo cada um com um curso de mestrado – e encontram-se em fase de submissão à CAPES dois projetos de cursos de doutorado.

A Instituição insere-se no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e, no âmbito interno da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, mantém um Banco de Projetos de Pesquisa, com projetos oficialmente cadastrados, que abrangem atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisa e nos programas de pós-graduação, alguns deles com financiamento do CNPq, da FINEP, da FAPERJ, entre outras agências de fomento. Programas institucionais de iniciação científica e tecnológica beneficiam, respectivamente, os cursos de graduação e os de nível de educação básica, aí compreendidos o ensino médio e, em especial, os cursos técnicos.

Como instituição de educação superior, o CEFET/RJ desafiou-se a estabelecer convênios de intercâmbio técnico-científico, passando a interagir com universidades e instituições de pesquisa nacionais e, também, com instituições estrangeiras. Há anos, acordos bilaterais vêm contribuindo para a formação de discentes e aperfeiçoamento de docentes, mediante projetos integrados de ensino e de atividades de pesquisa e desenvolvimento, com apoio financeiro da CAPES, DAAD, FIPSE e outras agências.

À evolução institucional correspondeu a progressiva e significativa elevação dos níveis de qualificação e aperfeiçoamento dos recursos humanos. Constituído o quadro docente por professores das duas carreiras – do ensino básico, técnico e tecnológico, e do magistério superior –, o perfil de titulação acadêmica e regime de trabalho alcança os patamares exigidos das universidades.

Constituindo, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/RJ continua a reconhecer-se como instituição dedicada à formação de profissionais capazes de, em diferentes níveis de intervenção, aplicar conhecimentos técnicos e científicos às atividades de produção e serviços, sem perder de vista a dinâmica social do desenvolvimento.

Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

Nas seções seguintes serão apresentadas as análises relativas ao andamento do plano estratégico e do plano de ação.

Análise do andamento do plano estratégico

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014, aprovado em 16/12/2010 pelo Conselho Diretor, foi elaborado em vertentes de um cenário futuro com base na história da Instituição como também suas transformações, buscando atender às demandas sociais sendo possível propor que estas possam transcender, em suas trajetórias evolutivas, formulações vigentes. Assim, concepções de estrutura e projetos acadêmicos e administrativos, de transformação e adaptação pela engenharia evolutiva, devem ser maleáveis a ponto de repercutir o momento real, o suficiente para que qualquer proposta moderna de crescimento institucional tenha espaço para, observação, e análise.

No que concerne a estratégia de atuação, é possível afirmar que o comprometimento e responsabilidade pessoal de cada gestor atuante na Instituição, no sentido de valorizar o recurso público aplicado em prol da sociedade, necessário e expressivo para que a democratização, a transparência, a qualidade, o compromisso com a sociedade e com a Instituição, seja mantido, revestido de eficiência, eficácia e efetividade.

Estes componentes foram estabelecidos na execução de cada ação proposta no sentido de implementar uma gestão descentralizada voltada para a sociedade de forma geral, haja vista a construção do Plano Estratégico, na interiorização com as Unidades, a distribuição de vagas e recursos, materializados nos processos para concursos e aquisição dos mais diversos tipos de serviços, de infraestrutura e apoio, e materiais, envolvendo não só as Diretorias Sistêmicas como Departamentos e as Unidades Descentralizadas.

O ano de 2011 foi um ano de eleições para a Direção-Geral, que resultou em uma completa reformulação do quadro de dirigentes sistêmicos do CEFET/RJ. Deve ser salientado que a nova Direção-Geral teve como preceito imperativo na sua campanha a transformação do Centro em Universidade Tecnológica. Nesses seis primeiros meses de mandato, o preceito de transformação vem norteando as decisões estratégicas e táticas da Administração corrente.

As últimas atuações da CGU e TCU junto ao CEFET-RJ demonstram que este Centro não tem enfrentado dificuldades na gestão estratégica, na gestão e operacionalização de suas ações institucionais, nas políticas governamentais, como também na prática da legislação. Contudo, o Centro enfrenta problema na regularização da Certidão Negativa de Débitos (CND) junto à Secretaria de Receita Federal (SRFB), pois este Centro foi inscrito no cadastro da SRFB com a descrição de sua Atividade Econômica Principal como sendo de uma “Administração Pública em Geral”. Esta descrição estava, até o ano de 2008, representada com uma alíquota de pagamento associada ao Risco de Acidente de Trabalho – RAT – de 1%. A partir de 2009, este percentual passou para 2%. Dentro dos sistemas contábeis federais, o Centro percebia corretamente a alíquota de 1% para RAT, fato que foi questionado pela auditoria da SRFB. Contudo, cabe esclarecer que a inscrição correta no cadastro da SRFB seria a de “Instituição de Ensino Superior”, que tem incidência de uma RAT de 1% no período em questão. Durante o ano de 2012, a Administração do Centro trabalhará para elucidar o problema e por conseguinte a regularização da CND.

Podemos citar que para o cenário apresentado, seja ele no âmbito político, social ou econômico, este Centro tem avaliado a necessidade de expansão de vagas, novos cursos, mecanismos de fixação dos discentes nos cursos regulares, como bolsa que propicie ao alunado condições de alimentação e manutenção estudantil, desenvolvimento de projetos como o *Adolescenti*, visando à inclusão digital dos alunos, estendido a comunidade externa, o crescimento associado à pesquisa e pós-graduação.

Além disso, também o relacionamento com secretarias vinculadas ao Ministério da Educação e outros como FINEP, FNDE, CAPES, parcerias de intercâmbios com instituições de ensino no exterior em muito tem propiciado condições favoráveis ao desenvolvimento do aluno.

Em um passado recente já manifestamos que por mais favorável que seja o ambiente, outros fatores influenciam negativamente na gestão e principalmente na dos recursos públicos e por consequente nos serviços prestados a comunidade interna e externa, sem que tenhamos como interferir diretamente.

Não necessariamente na ordem aqui apresentada e não somente estes, apresentaremos problemas que se repetem a cada exercício, no que diz respeito aos ministérios que tem o poder de decidir quanto à liberação dos recursos, repassando-os apenas no final do exercício, sem que tenhamos condições de execução dos mesmos, dentro dos prazos legais estabelecidos.

O CEFET-RJ para amenizar a falha estratégica desses órgãos, tem decidido por projetos por material para ser adquirido por Registro de Atas, pois somente assim é possível adquirir material de forma legal e em tempo hábil, pois pregões e concorrências não são passíveis de serem realizados, considerando o volume orçamentário e o pouco tempo para executar as “sobras” orçamentárias enviadas pelos outros órgãos no fim do ano. Deve ser observado que durante o ano de 2011 as aquisições por Registro de Atas foram mais importantes por causa de dois fatores: a troca da equipe administrativa durante e depois das eleições e a obrigatoriedade de idade menor a 60 dias para as pesquisas de mercado para qualquer processo licitatório, o que obrigou o retrabalho na confecção de novas pesquisas de mercado. Esses dois fatos concentraram as compras efetuadas pelo Centro nos últimos meses do exercício. Essa concentração, aliada à falta de reposição nos quadros de Técnico-Administrativos sobrecarregaram os setores administrativos deste Centro.

Deve ser ressaltado que a falta de reposição dos quadros funcionais do CEFET/RJ, aliado à distorções salariais e alta rotatividade no quadro funcional é o fator mais importante que coloca em risco o funcionamento deste Centro em 2012. Deve ser salientado que o CEFET/RJ ainda não teve acesso ao “Banco de Professores” e ao “Quadro de Técnico-Administrativos”. Esses dois instrumentos são de vital importância para se estancar o sangramento existente atualmente na Administração do Centro nas áreas que atuam diretamente nos sistemas SIAFI, SIAPE, SIASGE, etc.

Os fatos relatados acima podem ser observados através da saída constante e em massa dos servidores da área administrativa para outros órgãos federais através de concurso, em busca de melhores condições salariais. Os servidores administrativos, mais precisamente, lotados nas áreas de licitações, contratos, pagamento, contabilidade, recursos humanos, dentre outras áreas administrativas de grande responsabilidade, devem ser vistos como funcionários especialistas que necessitam de uma carreira própria, que os valorizem e os diferenciem em face das responsabilidades, pois licitam, recolhem impostos, realizam pagamentos diversos. Estes servidores não querem mais essas funções, pois além de perceber o menor salário do poder executivo, quando comparados a administrativos lotados outros segmentos.

O CEFET-RJ para amenizar tal situação vinha investindo em qualificação dos servidores atuantes na área administrativo-financeira, entretanto não surte mais o mesmo efeito. A solução passa por um estudo de uma nova carreira que congregue e atenda essas funções administrativo-financeira de maior responsabilidade e que possa incorporar estes servidores que detêm experiência e conhecimento, pois atuam na área.

Por fim a análise do Plano de Desenvolvimento que tem função orientadora da ação no CEFET/RJ, compreendendo a instituição como um fórum público e privilegiado de formação humana, atuando como instituição de ensino público comprometida com o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade, capaz de promover o crescimento e o desenvolvimento da população. Com a geração de renda e diminuição das desigualdades sociais, tem posto em seu Plano de Desenvolvimento os desafios formativos de mão de obra de qualidade voltada às políticas públicas, de mercado (indústria, infraestrutura) e social (educação, saúde, etc.), além de outras prioridades que se impõem ao desenvolvimento.

Análise do plano de ação

O Plano de Ação Anual é formatado mediante as demandas internas relacionadas às ações orçamentárias comportadas na definição do recurso para o exercício. As ações demandadas da comunidade interna são atividades ou projetos para o desenvolvimento das atribuições acadêmicas e ou administrativas.

O CEFET/RJ vem dando continuidade na ampliação e melhoria da infraestrutura com a manutenção e reforma das salas de aula, dos laboratórios no campus sede e também nas unidades descentralizadas que focam no processo de interiorização das atividades, consolidando os campi de Nova Iguaçu, Maria da Graça, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis e Valença, Petrópolis ampliando o acesso da população ao ensino público técnico e do terceiro grau.

Cabe ressaltar que se teve a ocorrência de um fator superveniente nas nossas unidades de Nova Friburgo, devido às chuvas ocorridas ano anterior, no Estado do Rio de Janeiro, com maior volume na Região Serrana, cujas consequências para a população e para o nosso estado foram devastadoras, com uma série de deslizamentos e soterramentos, amplamente divulgados pela imprensa. Essa situação chegou a comprometer o funcionamento parcial da Unidade de Nova Friburgo.

O crescimento do CEFET/RJ vem sendo discutido nas diretorias sistêmicas num processo de reestruturação organizacional da administração central, e ganha atenção especial com a criação de um grupo de estudos junto à Direção-Geral. Dentro da Diretoria de Administração e Planejamento, esse processo deve entre outras ações rever e estabelecer novo fluxo dos processos administrativos, definir melhor as atribuições da Administração, aperfeiçoar os serviços de manutenção e responder rapidamente as demandas das atividades fins.

Do ponto de vista orçamentário, os recursos dos planos de trabalho orçamentário foram particionados entre centros de custos que foram estratificados entre a Direção-Geral, Diretorias Sistêmicas, Diretorias Adjuntas e as Direções de Unidades. Desta maneira, se cria uma descentralização de recursos, fomentado a definição dos gastos pelas atividades fim e gestores.

Diretamente envolvido com estes aspectos, podemos também apresentar a atualização de equipamentos de diversas finalidades, assim como a atuação nos laboratórios, salas de aula, auditórios e nos ambientes administrativos, com pintura, adaptação e recuperação de estrutura física.

Investimentos outros foram realizados na infraestrutura física, como também na atualização e capacitação de servidores para distintos níveis de atuação. Fortalecimento dos grupos de pesquisas produtoras representando um aumento significativo, assim como a ampliação do número de bolsas de iniciação científica. Em face do universo heterogêneo que ilustra a definição do CEFET/RJ como academia de ensino pública de qualidade, fez com que a procura por atividades de extensão seja intensa e desta forma as ações extensionistas para o ano de 2011 atingiram em termos de público participante valores superiores a 40.000 pessoas. A participação de docentes em seminários e congressos deve ser entendida como troca e aprofundamento de conhecimentos. Da mesma forma a participação de servidores administrativos em curso de atualização, seja na área financeira, de pessoal e licitações, deve ser cada vez mais valorizada e apoiada considerando a versatilidade dos inúmeros processos que envolvem estas áreas, trazendo segurança à gestão da instituição.

Um ponto de dificuldade que deve ser levantado é o Programa de Alimentação Escolar fomentado pelo FNDE. O Centro recebeu durante o exercício valores para o fornecimento de merenda escolar para alguns de seus *campi* mas não teve condições operacionais para implementação. As regras de uso da verba obrigam que as despesas sejam efetuadas em programas de agricultura familiar que dificultam a sua implementação nos grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro. Além disso, o quadro funcional do CEFET/RJ não conta com nutricionistas e merendeiras, além da infraestrutura corrente não contar com cozinhas industriais para a preparação. Os problemas foram relatados ao FNDE via ofício, que se prontificou em entrar em contato com as Secretarias do MEC para possível solução dos entraves.

A marca institucional é reconhecida nacionalmente e internacionalmente, onde é fortemente identificada pelos intercâmbios que sedimentam e propagam a necessidade de novos horizontes, assim como também a atuação junto com novos parceiros sejam público e ou privados. O CEFET-RJ é uma instituição *multicampi*, com sustentação financeira dada pelo governo federal, mais que busca congrega parceiros em sua trajetória, como prefeituras, secretarias e outros órgãos.

IGC – índice geral de cursos da instituição

O Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC) é um indicador de qualidade de instituições de educação superior que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado). No que se refere à graduação, é utilizado o CPC (conceito preliminar de curso) e, no que se refere à pós-graduação, é utilizada a Conceito Capes. O resultado final é expresso em valores contínuos (que vão de 0 a 500) e em faixas (de 1 a 5).

O CEFET/RJ esta situado na faixa de IGC-4 e foi iniciado em 2011 ações estruturantes para se intensificar um esforço contínuo para ascender de faixa.

Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

A análise dos programas de governo sob a responsabilidade da UJ será realizada mediante dois demonstrativos, quais sejam: Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ e Execução Física das ações realizadas pela UJ. O primeiro compreende uma série de informações sobre os resultados alcançados pela UJ na gestão de programas de governo sob sua responsabilidade, enquanto o segundo apresenta os resultados físicos alcançados pela UJ na gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de referência do relatório de gestão.

As tabelas abaixo apresentam programas finalísticos nos quais o CEFET/RJ participa. Cabe salientar, que este Centro não tem responsabilidade direta ou gerência sobre sua execução, sua estrutura, sua estratégia. Por causa deste fato, o CEFET/RJ não tem como avaliar seus indicadores, como também não tem um responsável pelo programa na Instituição.

Os quadros abaixo agregam ações finalísticas executadas pelo Centro, projetos, atividades e operações especiais, demonstrando também a versatilidade de se poder de ministrar ensino em diversos níveis (do nível médio à pesquisa universitária), a partir de ações vinculadas ao CEFET/RJ. Vale observar a Lei 11.653/2008 no que concerne ao Órgão Responsável e Executor do Programa, conforme anexos.

Quadro A.2.1.A - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA		0089			
Denominação		Previdência de Inativos e Pensionistas da União			
Tipo do Programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais			
Objetivo Geral		Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União, seus pensionistas e dependentes			
Objetivos Específicos					
Gerente					
Público Alvo		Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
46.924.878,00	54.877.747,00	53.876.782,55	53.876.782,55	-	53.876.782,55

Fonte: SIMEC/SIAFI Gerencial Web

Quadro A.2.1.B - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	0750				
Denominação	Apoio administrativo				
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais				
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos				
Objetivos Específicos					
Gerente					
Público Alvo	Governo				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
6.044.449,00	7.021.157,00	6.729.120,57	6.696.059,57	33.061,00	6.696.059,57

Fonte: SIMEC/SIAFI Gerencial Web

Quadro A.2.1.C - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	0901				
Denominação	Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais				
Tipo do Programa	Operações especiais				
Objetivo Geral	Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais				
Objetivos Específicos	Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais				
Gerente					
Público Alvo	Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
271.956,00	279.597,00	226.884,22	226.884,22	-	226.884,22

Fonte: SIMEC/SIAFI Gerencial Web

Quadro A.2.1.D - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	1061				
Denominação	Brasil escolarizado				
Tipo do Programa	Finalístico				
Objetivo Geral	Ampliar o acesso e melhorar a qualidade da educação básica				
Objetivos Específicos	Contribuir para universalização da educação básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência				
Gerente	Adalberto Domingos da Paz				
Público Alvo	Crianças, adolescentes e jovens				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
87.945,00	87.945,00	33.875,76	25.410,30	8.465,46	25.170,30

Fonte: SIMEC/SIAFI Gerencial Web

Quadro A.2.1.E - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	1062				
Denominação	Desenvolvimento da educação profissional e tecnológica				
Tipo do Programa	Finalístico				
Objetivo Geral	Ampliar a oferta da educação profissional levando em conta sua articulação com os demais níveis de ensino				
Objetivos Específicos	Ampliar a oferta de educação profissional nos cursos de nível técnico e tecnológico com melhoria de qualidade				
Gerente	Eliezer Moreira Pacheco				
Público Alvo	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica e superior tecnológica e professores da educação básica e da educação profissional				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
80.490.855,00	96.919.604,00	94.920.726,20	93.248.328,91	1.672.397,29	93.234.152,59

Fonte: SIMEC/SIAFI Gerencial Web

Quadro A.2.1.F - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	1073				
Denominação	Brasil Universitário				
Tipo do Programa	Finalístico				
Objetivo Geral	Reestruturar a educação superior público federal e ampliar o acesso a esse nível de ensino				
Objetivos Específicos	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, a pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento				
Gerente	Maria Paula Dallari Bucci				
Público Alvo	Alunos e professores das IFES bem como bolsistas IES privadas				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
20.355.664,00	20.355.664,00	18.024.365,81	9.509.997,53	8.514.368,28	9.291.819,11

Fonte: SIMEC/SIAFI Gerencial Web

Quadro A.2.1.G - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	1375				
Denominação	Desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa científica				
Tipo do Programa	Finalístico				
Objetivo Geral	Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil				
Objetivos Específicos					
Gerente					
Público Alvo	Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.653.274,00	1.653.274,00	1.105.441,57	235.206,55	870.235,02	224.772,78

Fonte: SIMEC/SIAFI Gerencial Web

Ações finalísticas

As ações a seguir, são finalísticas, constantes no orçamento elaborado pela instituição e relacionadas aos níveis de ensino desenvolvidos no CEFET-RJ que se relacionam diretamente com o papel da Instituição e seus objetivos estratégicos.

ATRIBUTOS DA AÇÃO

TIPO	Atividade
Finalidade	Garantir o funcionamento dos cursos de graduação
Unidade responsável pela decisão estratégica	Departamento de Ensino Superior/Diretoria de Ensino
Unidade executora	CEFET-RJ
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Diversas unidades são responsáveis pelo gerenciamento da ação conforme a programação da mesma , inclusive pela inserção da manutenção da infraestrutura física, com contratos e outros.
Coordenador nacional da ação	SIMEC não apresenta coordenador nacional
Responsável pela execução da ação no nível local	Manuel Joaquim de Castro Lourenço

Fonte: SIMEC/MEC

ATRIBUTOS DA AÇÃO

TIPO	Atividade
Finalidade	Transferência de conhecimento
Unidade responsável pela decisão estratégica	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
Unidade executora	CEFET-RJ
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
Coordenador nacional da ação	SIMEC não apresenta coordenador nacional
Responsável pela execução da ação no nível local	Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco

Fonte: SIMEC/MEC

ATRIBUTOS DA AÇÃO

TIPO	Atividade
Finalidade	Descoberta de conhecimentos novos no domínio científico e tecnológico
Unidade responsável pela decisão estratégica	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
Unidade executora	CEFET-RJ
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.
Coordenador nacional da ação	SIMEC não apresenta coordenador nacional
Responsável pela execução da ação no nível local	Pedro Manuel Calas Lopes Pacheco

Fonte: SIMEC/MEC

ATRIBUTOS DA AÇÃO

TIPO	Atividade
Finalidade	Garantir a manutenção e custeio da IFE na educação profissional
Unidade responsável pela decisão estratégica	Depto de Ensino Médio-Técnico/Diretoria de Ensino
Unidade executora	CEFET-RJ
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Diversas unidades são responsáveis, conforme a programação e planejamento da unidade
Coordenador nacional da ação	SIMEC não apresenta coordenador nacional
Responsável pela execução da ação no nível local	Álvaro Chrispino

Fonte: SIMEC/MEC

ATRIBUTOS DA AÇÃO

TIPO	Atividade
Finalidade	Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal
Unidade responsável pela decisão estratégica	Depto de Ensino Médio-Técnico/Diretoria de Ensino
Unidade executora	CEFET-RJ
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Depto de Ensino Médio-Técnico/Diretoria de Ensino
Coordenador nacional da ação	SIMEC não apresenta coordenador nacional
Responsável pela execução da ação no nível local	Álvaro Chrispino

Fonte: SIMEC/MEC

ATRIBUTOS DA AÇÃO

TIPO	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores condições de atendimento aos seus dependentes
Unidade responsável pela decisão estratégica	MEC
Unidade executora	CEFET-RJ
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Depto de Recursos Humanos/Diretoria de Administração e Planejamento
Coordenador nacional da ação	SIMEC não apresenta coordenador nacional
Responsável pela execução da ação no nível local	Leila Orlando Vianna Pesah

Fonte: SIMEC/MEC

ATRIBUTOS DA AÇÃO

TIPO	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte
Unidade responsável pela decisão estratégica	MEC
Unidade executora	CEFET-RJ
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Depto de Recursos Humanos/Diretoria de Administração e Planejamento
Coordenador nacional da ação	SIMEC não apresenta coordenador nacional
Responsável pela execução da ação no nível local	Leila Orlando Vianna Pesah

Fonte: SIMEC/MEC

ATRIBUTOS DA AÇÃO

TIPO	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação
Unidade responsável pela decisão estratégica	MEC
Unidade executora	CEFET-RJ
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Depto de Recursos Humanos/Diretoria de Administração e Planejamento
Coordenador nacional da ação	SIMEC não apresenta coordenador nacional
Responsável pela execução da ação no nível local	Leila Orlando Vianna Pesah

Fonte: SIMEC/MEC

ATRIBUTOS DA AÇÃO

TIPO	Atividade
Finalidade	Propiciar condições para manutenção da saúde física e mental
Unidade responsável pela decisão estratégica	MEC
Unidade executora	CEFET-RJ
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Depto de Recursos Humanos/Diretoria de Administração e Planejamento
Coordenador nacional da ação	SIMEC não apresenta coordenador nacional
Responsável pela execução da ação no nível local	Leila Orlando Vianna Pesah

Fonte: SIMEC/MEC

Desempenho das ações orçamentárias

De uma maneira geral, o CEFET/RJ executou 97,39% do limite disponível para empenho para capital e 98,03% para despesas de custeio. Nas próximas seções serão apresentadas uma análise sobre o desempenho das ações orçamentárias finalísticas executadas no CEFET/RJ.

Funcionamento da Graduação

As metas definidas pelas ações relacionadas ao funcionamento da graduação foram integralmente alcançadas, quando é considerado o número de 3.435 alunos matriculados nos cursos superiores de graduação. Fatores como o aumento da oferta de vagas no ano de 2011 (Figura 1), a criação de novo curso, a ocupação de vagas ociosas e a redução da evasão são elementos importantes no desempenho desta ação.

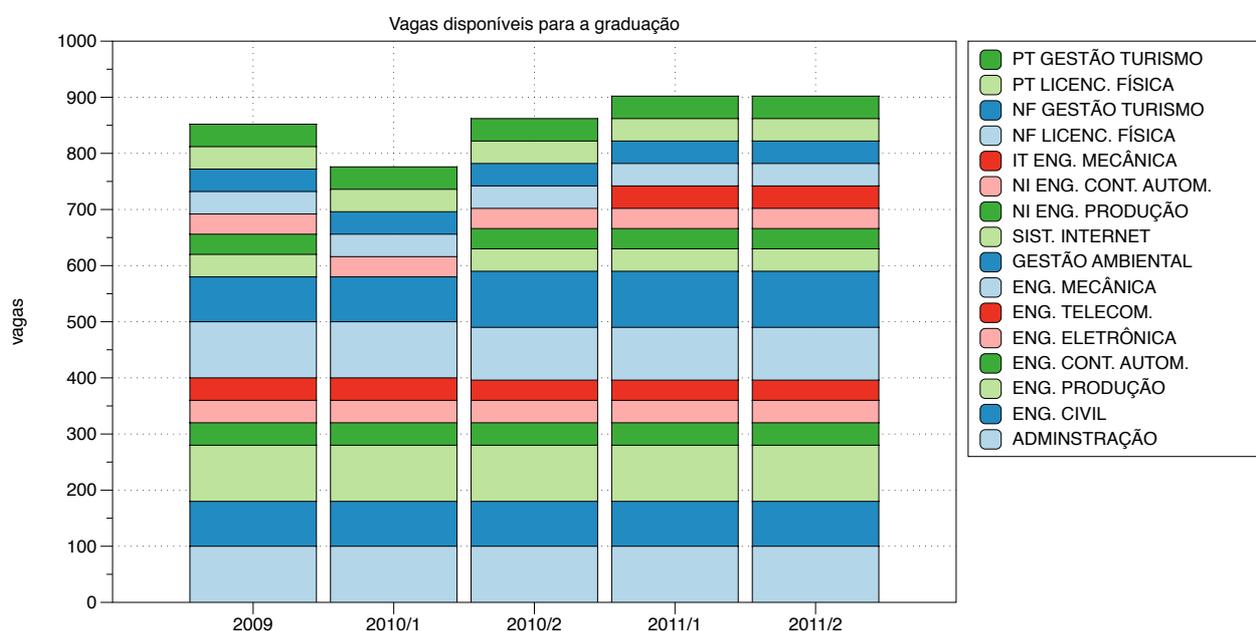


Figura 1: Vagas disponíveis para os cursos de graduação

Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação e da Pesquisa Universitária

No que se refere à ação de Pós-Graduação a meta foi alcançada em vista dos 247 alunos matriculados, em relação meta fixada de 160. Em igual condição a ação de difusão da pesquisa atingiu a meta física de 152 pesquisas publicadas em relação às 130 previstas.

Pós-Graduação

Neste item são apresentados os principais resultados das atividades de pós-graduação em 2011. A Pós-Graduação conta atualmente com 6 programas de pós-graduação *stricto sensu* e 5 cursos de pós-graduação *lato sensu*. Indicadores relativos ao período 2007-2010 mostram que a pós-graduação na Instituição está em franco crescimento, observando-se o envolvimento de um número cada vez maior de docentes, como apresentado na Figura 2.

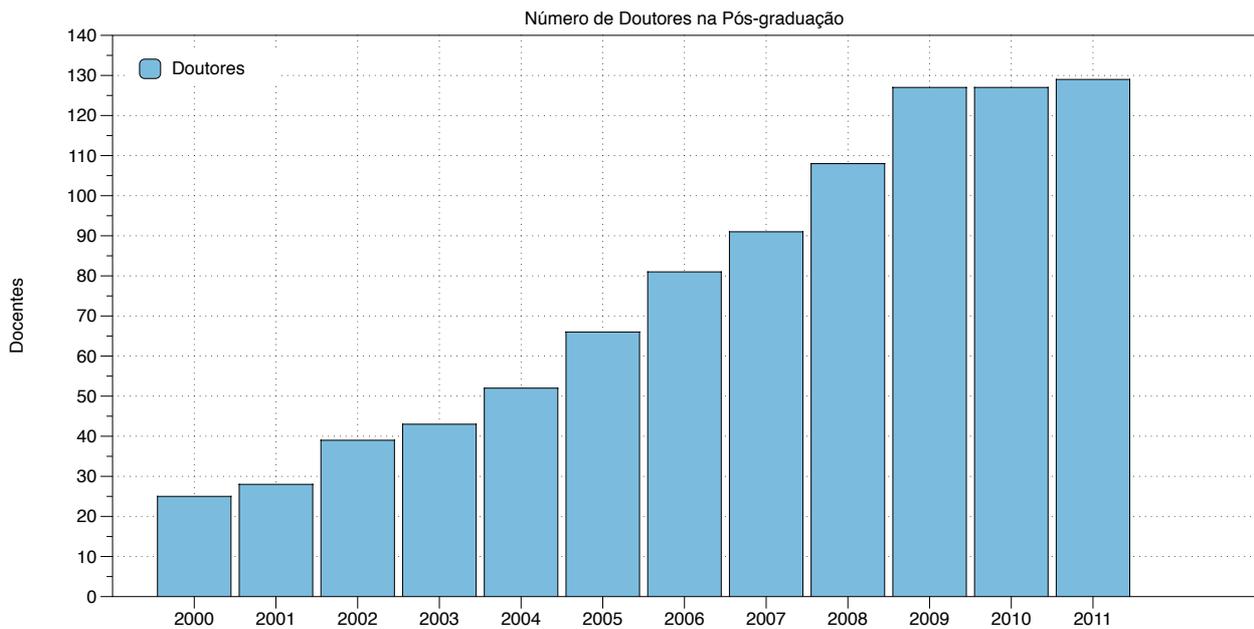


Figura 2: Número de Doutores atuando na Pós-graduação

O número de discentes da pós-graduação stricto sensu teve um crescimento de 198 para 224 e a pós-graduação lato sensu conta com 266 alunos na modalidade de ensino à distância (UAB) e mais de 202 na modalidade presencial.

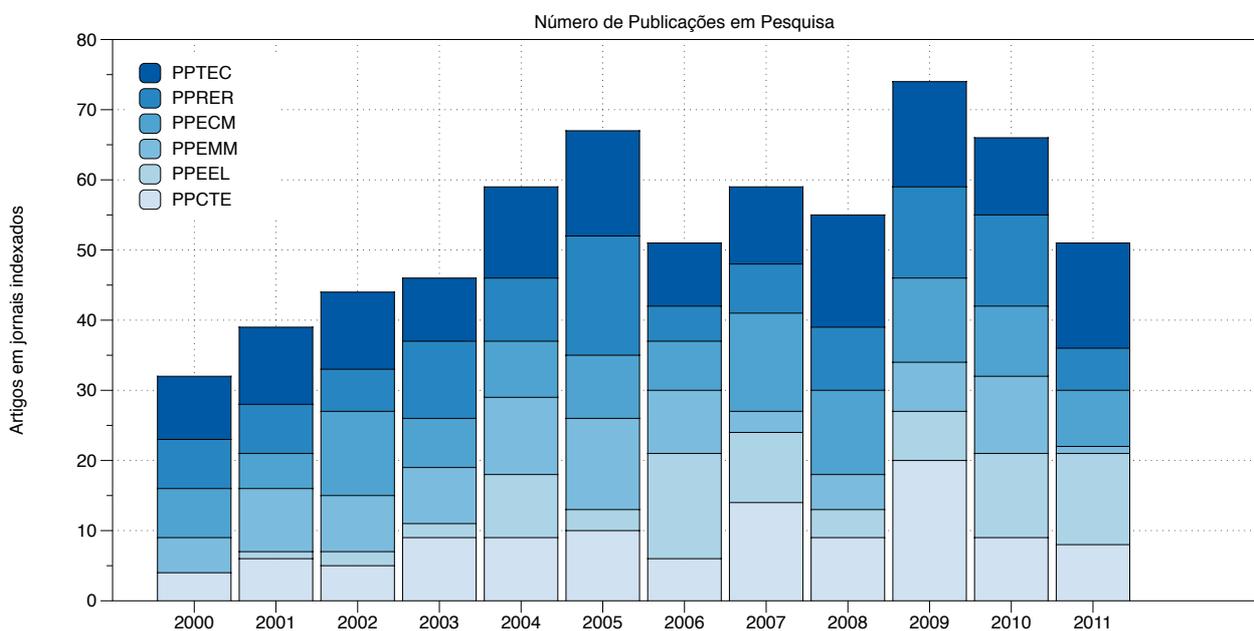


Figura 3: Número de artigos publicados em jornais indexados

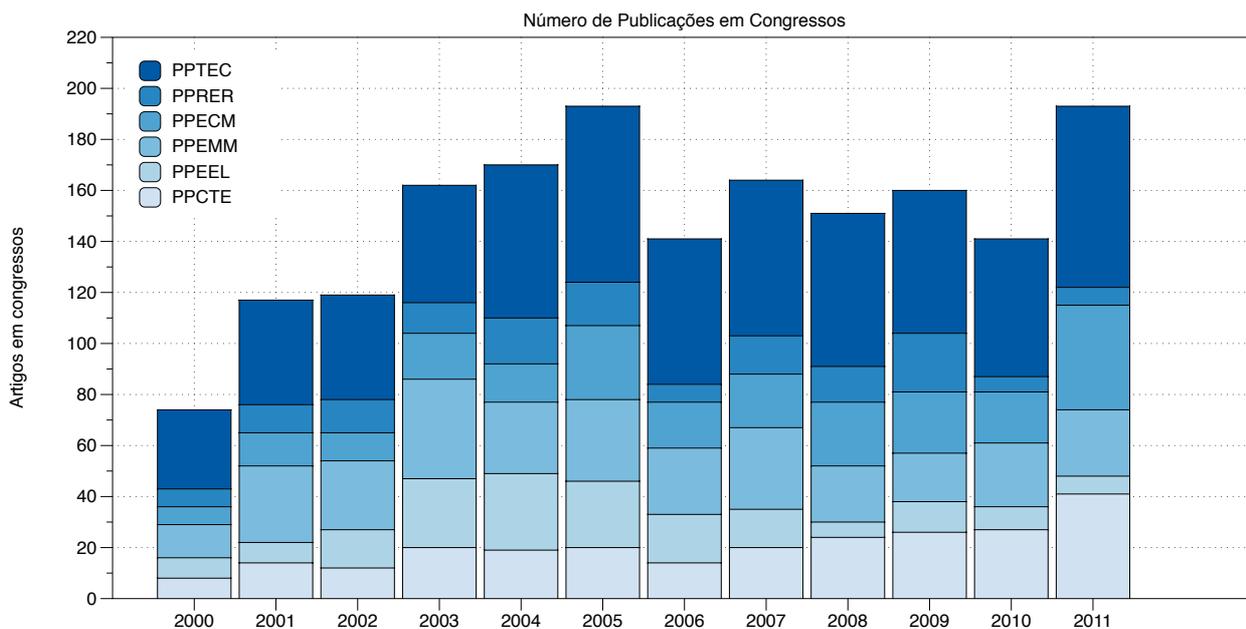


Figura 4: Número de artigos publicados em congressos

Em 2010, a CAPES atribuiu nota 4 ao PPECM, referente à avaliação trienal 2007-2009. Trata-se do primeiro programa de pós-graduação do CEFET/RJ a atingir este conceito, que dentro de uma escala de 1 a 5 equivale a BOM. Cabe ressaltar que dos 5 programas em funcionamento 3 são muito recentes e não foram avaliados pela CAPES, ficando com o conceito 3 usual para cursos novos. Os 6 programas em funcionamento em 2011 contam com um total de 52 bolsas (48 da CAPES, e 4 do orçamento do CEFET/RJ).

Nas Figura 3 e Figura 4 pode ser observado o funcionamento dos programas através das publicações em jornais indexados e artigos em congressos científicos.

Difusão da Pesquisa Universitária

Aqui são apresentados os principais resultados associados às atividades da pesquisa 2010. A Pesquisa tem as suas atividades estruturadas através dos Grupos de Pesquisa do CEFET/RJ cadastrados no Diretório de Grupos do CNPq. A ampliação do número de grupos de pesquisa de 15 para 24 (Figura 5) durante o período de 2007 a 2011, foi sustentada pelo aumento de pesquisadores com produção científica qualificada envolvida diretamente com atividades de pesquisa. Neste mesmo período, o CEFET/RJ ampliou o número de Bolsistas de Produtividade do CNPq de 1 para 6 (1 nível 1D e 5 nível 2).

Os Programas Institucionais de Bolsas Iniciação Científicas (PIBIC) e de Iniciação Tecnológica (PIBIT) são programas vitais para a institucionalização da pesquisa na Instituição, pois permitem integrar alunos de graduação e do médio/técnico às atividades de pesquisa desenvolvidas pelos pesquisadores do CEFET/RJ. Assim, em 2011, o PIBIC conta com um total de 80 bolsas: 30 do CNPq e 50 do CEFET/RJ. Existe a participação de docentes orientadores lotados em diferentes departamentos acadêmicos, o que fortalece a integração entre os 2 níveis de ensino já observada nos grupos de pesquisa e nos programas e cursos de pós-graduação. Os alunos do PIBIC são potenciais candidatos para desenvolverem dissertações nos cursos de mestrado da Instituição, fato que se têm observado nos últimos anos. O PIBIC também tem contribuído para melhorar a qualidade dos cursos de graduação, conforme pode ser confirmado pelas últimas avaliações do ENADE.

O PIBIT ainda é um programa novo que apresenta um grande potencial de crescimento, tendo um importante papel de aumentar a integração das atividades de pesquisa com o médio/técnico. No exercício foram oferecidas 23 bolsas nessa modalidade.

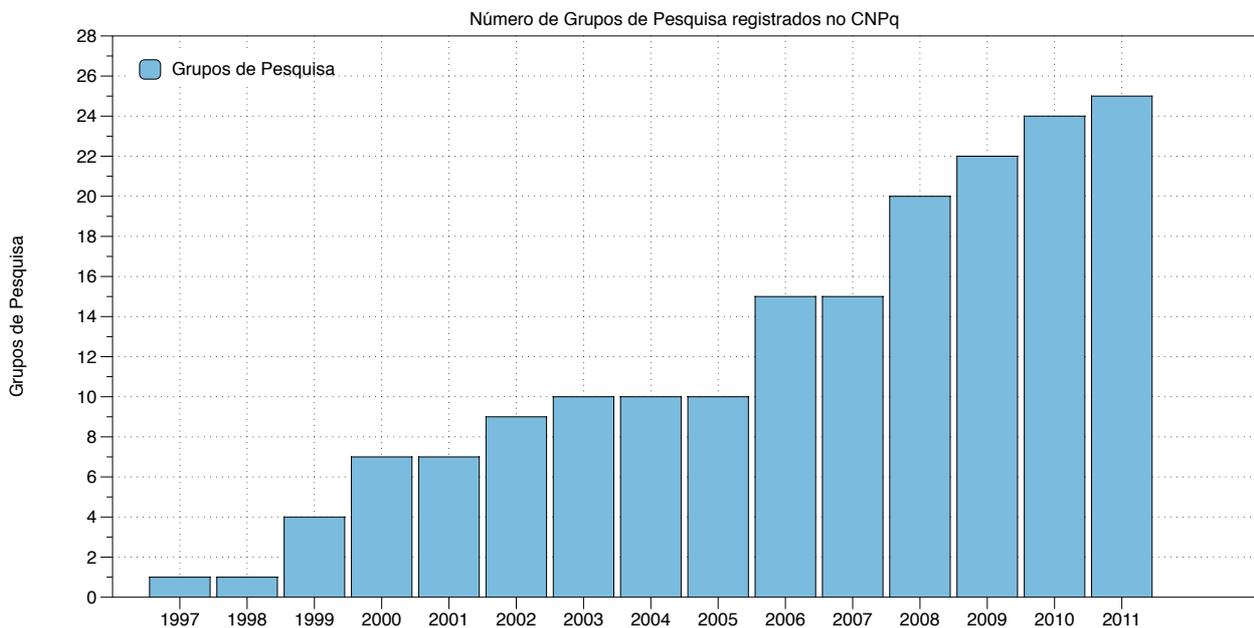


Figura 5: Número de grupos de pesquisa registrados no CNPq

Através dos investimentos com recursos da Instituição e de recursos captados por pesquisadores do CEFET/RJ junto aos órgãos de fomento (CNPq, FINEP, FAPERJ, etc) foi possível ampliar significativamente a infraestrutura de pesquisa.

Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal

A meta física proposta foi 1200 alunos matriculados para 2011, foi alcançada. Quanto à execução do orçamento fixado para a ação, destacamos que as despesas com, diárias (81%), passagens (100%) e serviços (86%) são as mais representativas, considerando os atributos da ação.

Funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica

A presente ação tem o papel de materializar a necessidade de técnicos de nível médio no mercado, atingindo assim as mais diversas camadas da sociedade e da população econômica ativa. O CEFET-RJ para o exercício 2011 atribuiu a esta ação 1.392 vagas novas para um público em torno de 11.525 candidatos. A meta atingida foi de 3.600 alunos matriculados. Observa-se também que a execução orçamentária foi significativa em função da execução de 97% do orçamento fixado. É importante destacar que nesta ação inclui-se a despesa com pessoal ativo, além de outras despesas como a aquisição de livros, equipamentos e qualificação de docentes. A despesa orçamentária que mais salientou o desenvolvimento da ação foi a com modernização de laboratórios atingindo o percentual de 72% da despesa orçada.

Execução física

A tabela abaixo demonstra a realização operacional/finalística, das principais ações executadas neste CEFET-RJ (UG 153010/GESTÃO 15244).

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	364	1073	4009	A	3	aluno	3240	3251	3240
12	364	1375	4006	A	3	aluno	160	198	160
12	571	1375	8667	A	3	artigo	130	152	130
12	362	1061	2991	A	3	aluno	1200	1200	1751
12	363	1062	2992	A	3	aluno	3500	3600	3500
12	363	1062	2994	A	3	aluno	500	283	500

Fonte: SIMEC

Desempenho orçamentário financeiro

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
CEFET-RJ	15244	153010

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
L O A	Dotação proposta pela UO	122.778.054,00	113.043.291,00	-	-	24.372.265,00	18.295.481,00	
	PLOA	122.778.054,00	113.043.291,00	-	-	24.372.265,00	23.306.482,00	
	LOA	122.778.054,00	113.043.291,00	-	-	24.372.265,00	23.306.482,00	
	Suplementares	24.402.618,00	21.905.000,00	-	-	1.116.000,00	2.151.795,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	(13.359,00)	-	-	-	(139.292,00)	338.926,00	
	Outras Operações	-	-	-	-	-	-	
Total		147.180.162,00	135.471.622,00	-	-	25.488.265,00	25.119.351,00	

Fonte: SIAFI Gerencial Web

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	8.678.702,00	13.286.488,00	-	-	-	-	
	PLOA	8.678.702,00	13.286.488,00	-	-	-	-	
	LOA	8.678.702,00	13.286.488,00	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações	-	-	-	-	-	-		
Total		8.678.702,00	13.286.488,00	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial Web

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	147.150.319,00	131.338.772,00	8.678,702,00	13.286.488,00	-	-	
	PLOA	147.150.319,00	136.349.773,00	8.678,702,00	13.286.488,00	-	-	
	LOA	147.150.319,00	136.349.773,00	8.678,702,00	13.286.488,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	25.518.618,00	24.056.795,00	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	(152.651,00)	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		172.668.427,00	160.590.973,00	8.678,702,00	13.286.488,00	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial Web

Observando os quadros acima, distinguimos os acréscimos em ambos os grupos informados, custeio e capital, considerando para tanto, a reflexão na matriz de orçamento da SETEC/MEC, com a atualização da mesma com base na inflação, recuperação de recursos de anos anteriores e mais os recursos necessários para a implantação dos IFETS e interiorização.

A partir dos limites postos ao MEC, a programação projetada com base nos indicadores acadêmicos, reflete o volume orçamentário aqui apresentado.

Quanto aos recursos “cancelados” na realidade são transferências aos tribunais, para o pagamento de ações judiciais, que são remanejadas aos mesmos, por força de dispositivo da LDO e LOA, mais que são registrados na Unidade Orçamentaria.

É indispensável para o desenvolvimento da Instituição Pública de Ensino Federal, o financiamento de suas linhas de atuações. Entretanto se faz necessária melhor forma de definir os limites de gastos e formas mais rápidas e eficientes de despesas, considerando o impacto no mercado, na economia como também no tamanho da Instituição.

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	26101	12122106722720001			3.721,25
	Recebidos	26101	12363106263800001			220.608,99
	Recebidos	26101	123641073009E0001			19.590,00
	Recebidos	26291	12364137504870001			81.665,53
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	26291	12571137540190001	320.709,00		
	Recebidos	26101	12363106263800001	146.841,45		

Fonte: SIAFI Gerencial Web

Quantos aos créditos descentralizados, executados em projetos diversos como, o projeto de Universidade Aberta, o projeto do E-Tec curso de segurança do trabalho e enfermagem, no projeto de Pró-Equipamentos, *Promisaes* dentre outros.

Na ampliação e consolidação das Unidades e Núcleos, seja em despesas correntes (material de consumo e serviços diversos), seja em despesas de capital (aquisição de material permanente), necessários em ambos os casos, para a modernização de ambientes, implantação de cursos, manutenção do discente com bolsas a mestrando. É importante que a gestão esteja atenta a demanda apresentada, pois desta forma a qualidade dos cursos, estará assegurada, como também a capacitação do gestor do projeto para que o mesmo tenha conhecimento da legislação de forma gerencial, no sentido de evitar contradições que por muitas vezes emperram o processo ou transferem a decisão a outros que não tenham esta incumbência. Não foi diferente nesse exercício. É preciso verificar também a capacidade dessas Unidades para o desempenho operacional, para que não haja uma concentração, do volume de trabalho acarretando assim dificuldades na análise dos materiais entre outros. Outro ponto que deveria ser operacionalizado de forma mais eficiente, é a apresentação de projetos aos Órgãos de fomento, de forma antecipada, considerando o orçamento para o exercício seguinte, evitando assim políticas de “balcão”, ou seja, que acarretam além de descompasso de tempo, influencia externa que prejudicam a execução do mesmo.

QUADRO ADICIONAL.1 – RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Demonstrativo da Receita Arrecadada			
CÓDIGO	NATUREZA	ARRECADAÇÃO	Percentual
13120000	Arrendamentos	478.724,36	89
19180200	Multas sobre Arrendamentos	225,02	0
13150000	Taxa de Ocupação de Imóveis	712,68	0
16001300	Serviços Administrativos	22.423,86	4
16001600	Serviços Educacionais	29.774,00	6
19192700	Multas/Juros Previstos em Contratos	5.168,45	1
19199900	Outras Multas	23,09	0
TOTAL		537.051,46	

Fonte: GECOF

QUADRO ADICIONAL.2 – COTA DE REPASSE

GRUPO	FONTE DE RECURSO	VALOR
A (PESSOAL)	0100000000	8.253.439,94
	0112000000	52.740.386,43
	0156000000	7.690.847,74
	0169000000	12.854.504,18
	0153000000	25.735.757,48
C (CUSTEIO)	0100000000	2.830.354,63
	0112000000	14.252.875,63
D (CAPITAL)	0112000000	901.818,55

Fonte: SIAFI

QUADRO ADICIONAL.2 – COTA DE REPASSE POR TRANSFERÊNCIA

GRUPO	FONTE DE RECURSO	VALOR
C (CUSTEIO)	0100915034	8.253.439,94
	0112915405	52.740.386,43
	0112915416	7.690.847,74
	0312915014	12.854.504,18
D (CAPITAL)	0112915016	10.580,01

Fonte: SIAFI

QUADRO ADICIONAL.2 – RECEITA PRÓPRIA

GRUPO	FONTE DE RECURSO	VALOR
D (CAPITAL)	0250159999	537.051,46

Fonte: SIAFI

Execução orçamentária das despesas

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	188.961,38	0,00	155.081,85
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	7.139.497,74	7.324.880,24	6.911.438,89	6.286.452,65
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	642.219,81	0,00	379.143,00
Contratações Diretas				
Dispensa	348.587,88	912.876,69	338.970,33	871.396,77
Inexigibilidade	2.506.243,77	2.401.806,05	2.506.243,77	2.291.546,96
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	152.167.530,82	138.355.272,16	152.167.530,82	138.355.272,16
Diárias	331.104,65	471.231,17	331.104,65	471.231,17
Outros	1.656.809,42	1.999.600,02	1.655.129,42	1.999.600,02

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º - 11	73.924.538,70	66.430.863,57	73.924.538,70	66.430.863,57	0,00	0,00	73.920.866,59	66.430.863,57
2º - 01	40.710.267,80	37.507.814,43	40.710.267,80	37.507.814,43	0,00	0,00	40.710.267,80	37.507.814,43
3º - 13	15.710.725,77	-	15.710.725,77	-	0,00	0,00	15.710.725,77	-
Demais elementos do grupo	15.151.703,74	28.147.909,58	15.151.703,74	28.147.909,58	0,00	0,00	15.151.703,74	28.147.909,58
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes								
1º - 39	6.558.446,24	6.304.077,34	3.936.210,74	3.994.031,17	2.622.235,50	2.310.046,17	3.928.599,11	3.910.568,98
2º - 37	4.708.690,89	-	4.011.152,41	-	697.538,48	-	3.955.211,47	-
3º - 46	3.629.838,55	-	3.629.838,55	-	0,00	-	3.629.838,55	-
Demais elementos do grupo	7.543.870,18	-	5.837.387,82	-	1.706.482,36	-	5.740.332,46	-

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
1º - 52	6.909.212,36	10.038.919,43	896.328,65	2.433.111,23	0,00	7.605.808,20	817.580,18	1.604.717,78
2º - 39	69.377,00	95.163,48	9.990,00	0,00	0,00	95.163,48	9.990,00	0,00
3º - 92	525,45	0,00	525,45	0,00	0,00	0,00	525,45	0,00
Outros								
5 – Inversões Financeiras	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
6 – Amortização da Dívida	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica

Fonte: SIAFI Gerencial

A execução dos créditos originariamente propostos no orçamento da Instituição foram executados exclusivamente nas proposições apresentadas pelos segmentos da mesma, seja caracterizado pelo desempenho de uma atividade simples, mais importante para o contexto ou propósito a ser alcançado seja para o desenvolvimento de um projeto. Em ambos os casos estão relacionados as ações orçamentárias. Quanto ao orçamento não houve contingenciamento, mais a figura do limite orçamentário acarreta maior morosidade na execução.

Fator impactante é a qualificação da mão-de-obra que demandam suas necessidades de compras, no que concerne, como proceder a um pedido de compra, o que pode e o que não pode ser incluído, cotação de preços, conhecimento das premissas legais, dentre outros. A ausência desta prática naturalmente faz com que o processo licitatório seja mais moroso acarretando vindas e idas dos processos para esclarecimentos que nem sempre são satisfatórios. Na gestão atual, faremos algumas compras em campanhas, nas quais levantaremos as necessidades de todo o sistema CEFET/RJ e junto com o departamento técnico específico, efetuaremos a compra unificada.

A prática de campanha de compras terá por objetivo a economia de escala, diminuição do número de pregões e redução do trabalho administrativo.

Com clareza as licitações finais acabam por impactar o orçamento seguinte, acarretando dificuldades maiores para a execução das propostas daquele exercício, mesmo sendo diluído em sobras dos mesmos e outros processos licitatórios.

Outro aspecto, que não tem relação com o grupo das despesas propriamente licitadas, mais que poderia ser mais bem tratada, é a liberação de dotação para os concursos de pessoal autorizados. Uma vez implantados os novos servidores e seus respectivos códigos de vagas, deveria o Órgão gerenciador da folha de pagamento, que é o mesmo que trata da questão orçamentária, imediatamente adotar as providências para a suplementação do orçamento de pessoal, para cada Unidade, o que em muito reduziria a possibilidade de divergências de valores. Além disso, como já citado anteriormente, o “Banco de Professores Equivalentes” e o “Quadro de Técnico-Administrativos” são ferramentas necessárias para a gestão dos recursos humanos do Centro, que aumentariam a agilidade no trato da evasão funcional.

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	35.999,15	29.669,79	24.971,28	27.624,23
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	7.113,24	209.238,00	5.200,00	27.620,00
Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	36.253,20	21.797,94	21.797,94	36.253,20
Outras	98.512,70	26.837,00	26.837,00	98.512,70

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
3- Outras Despesas Correntes								
1º - 39	216.550,60	33.990,00	3.200,00	28.100,00	213.350,60	5.890,00	3.200,00	27.620,00
2º - 33	51.286,78	62.071,84	27.937,99	29.669,79	23.348,79	32.402,05	24.429,33	27.624,23
3º - 14	21.797,94		21.797,94		0,00		21.797,94	
Demais elementos do grupo	35.950,39	114.073,20	28.231,39	114.073,20	7.719,00	0,00	26.837,00	114.073,20

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
1º - 52	464.750,45	560.865,01	10.580,01	181.138,00	454.170,44	379.727,01	2.541,95	
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a

Fonte: SIAFI Gerencial

Em nada difere a execução dos créditos recebidos pela Instituição, tendo sido executados nos propósitos apresentados. Não foram praticadas alterações orçamentárias, mais sim detalhamento para as despesas executadas, principalmente no PROAP, que não descentraliza o crédito com base na programação detalhada.

Indicadores de gestão

A seguir serão apresentados indicadores institucionais de simples apresentação e entendimento, visto que demonstra de forma analítica a relação entre as três últimas gestões e desta última com a meta fixada (em relação aos alunos matriculados), a eficiência na participação deste Centro em diversos eventos relacionados aos níveis de ensino, a relação do executado em relação a meta alcançada, por ação, os demonstrativos de gestão orçamentária, demonstrativos de gestão financeira, como também alunos concluintes por modalidade de ensino, bolsas de Pós – Graduação e Pesquisa.

Atividades de ensino

Nas seções seguinte serão apresentados os indicadores do funcionamento das atividades de ensino.

Relação entre candidato e vagas nos cursos de graduação

Na Figura 6 pode ser observado a relação de candidatos por vaga dos cursos de graduação em todos os campi do CEFET/RJ. Os cursos de graduação têm em sua maioria valores maiores que 10 candidatos por vaga que mostra a intensa procura. Deve ser notado que depois da implementação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) do MEC, a procura pelos cursos de graduação do CEFET/RJ aumentou significativamente.

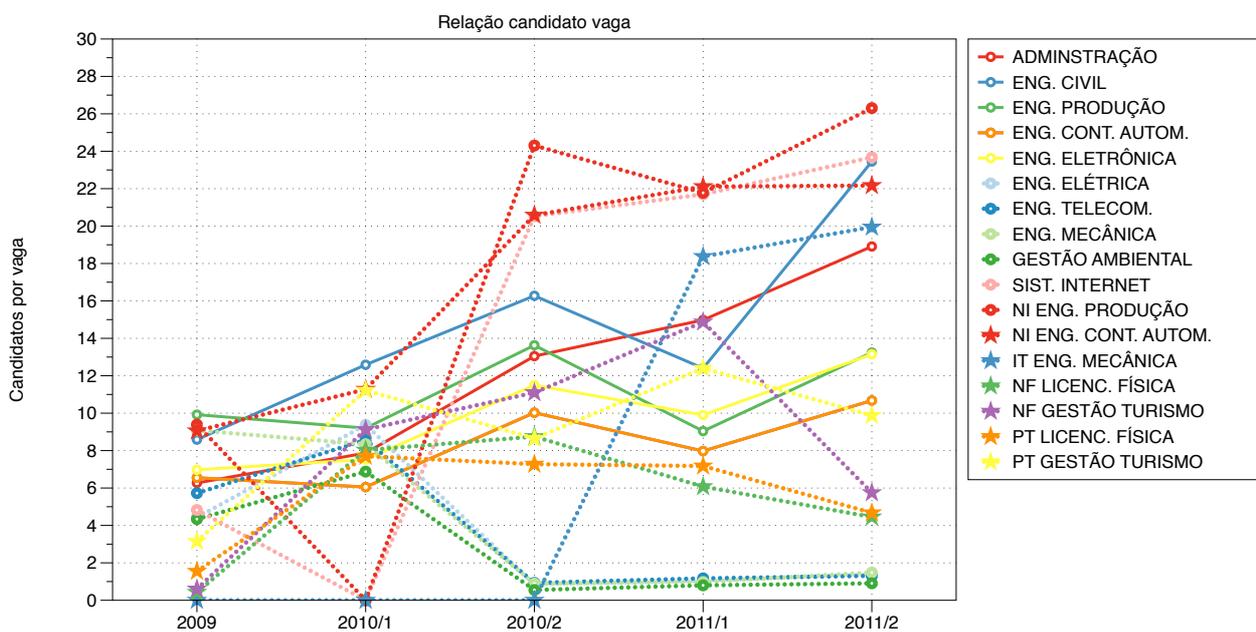


Figura 6: Relação de candidato e vagas nos cursos de graduação

Número de alunos matriculados nos cursos de graduação

Os números apresentados para os alunos matriculados nos cursos de graduação são formados pela média aritmética relativa aos dois semestres de cada ano, conforme Decisão nº 408/2002-TCU. Nas Tabelas 1-9 são apresentados o número de alunos matriculados em todos os cursos de graduação de todos os campi do sistema CEFET/RJ.

Tabela 1: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Sede (Maracanã)

Bacharelado	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Engenharia Mecânica	456	495	493	497	495
Engenharia Eletrônica	185	175	180	171	175
Engenharia Eletrotécnica	200	208	206	211	208
Engenharia Telecomunicações	165	170	168	172	170
Engenharia de Produção	379	399	396	403	399
Engenharia Civil	98	177	157	198	177
Engenharia de Controle e Automação	112	134	127	142	137
Administração Industrial	456	437	448	426	437
Total	2051	2195	2175	2220	2198

Tabela 2: Alunos matriculados na graduação - Tecnologia - Unidade Sede (Maracanã)

Tecnologia	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Controle Ambiental	195	195	198	192	195
Desenvolvimento para Aplicação em Web	171	182	180	184	182
Total	366	377	378	376	377

Tabela 3: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Nova Iguaçu

Bacharelado	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Engenharia de Controle e Automação	200	216	219	214	216
Engenharia de Produção	200	191	181	201	191
Total	400	407	400	415	407

Tabela 4: Alunos matriculados na graduação - Tecnologia - Unidade Nova Friburgo

Tecnologia	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Gestão em Turismo	0	88	87	89	88
Total	0	88	87	89	88

Tabela 5: Alunos matriculados na graduação - Licenciatura - Unidade Nova Friburgo

Licenciatura	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Física	0	65	64	66	65
Total	0	65	64	66	65

Tabela 6: Alunos matriculados na graduação - Tecnologia - Unidade Petrópolis

Tecnologia	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Gestão em Turismo	0	130	122	139	131
Total	0	130	122	139	131

Tabela 7: Alunos matriculados na graduação - Licenciatura - Unidade Petrópolis

Licenciatura	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Física	0	76	74	78	76
Total	0	76	74	78	76

Tabela 8: Alunos matriculados na graduação - Bacharelado - Unidade Itaguaí

Bacharelado	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Engenharia Mecânica	0	40	81	105	93
Total	0	0	81	105	93

Tabela 9: Sumário dos alunos matriculados na graduação de todos os campi

Alunos de graduação por tipo de curso	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Bacharelado	2451	2602	2656	2740	2698
Tecnologia	366	595	587	604	596
Licenciatura	0	141	138	144	141
Total	2817	3338	3381	3488	3435

Na Tabela 9 é apresentado o sumário de todos os cursos de graduação. Na Figura 7 apresentados os mesmos números em um gráfico de barras, agrupados por ano. Podemos observar um constante crescimento no número de matrículas nos últimos três anos nos cursos de graduação do sistema.

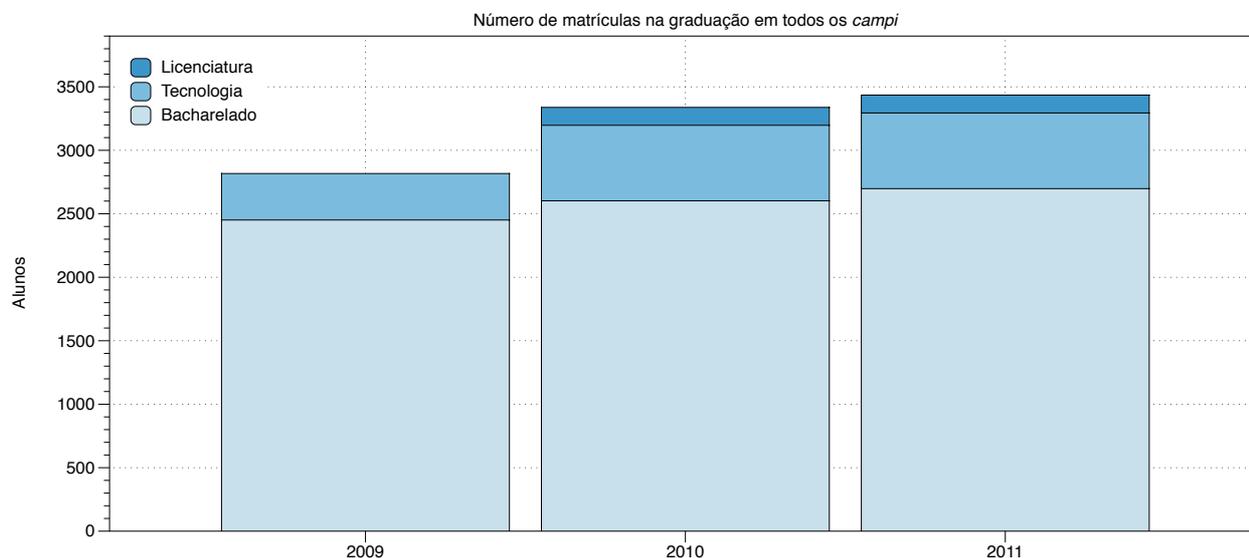


Figura 7: Número de matrículas na graduação em todos os campi

Número de alunos matriculados no curso do ensino médio

O CEFET/RJ só apresenta cursos do ensino médio na Sede (Maracanã) e na Unidade de Nova Iguaçu (Tabela 10). A evolução do total de alunos matriculados é apresentada na Figura 8.

Tabela 10: Alunos matriculados no ensino médio por campus

Campus	2009	2010	2011
Sede – Maracanã	1104	1103	1137
Unidade Nova Iguaçu	418	430	424
Total	1522	1533	1561

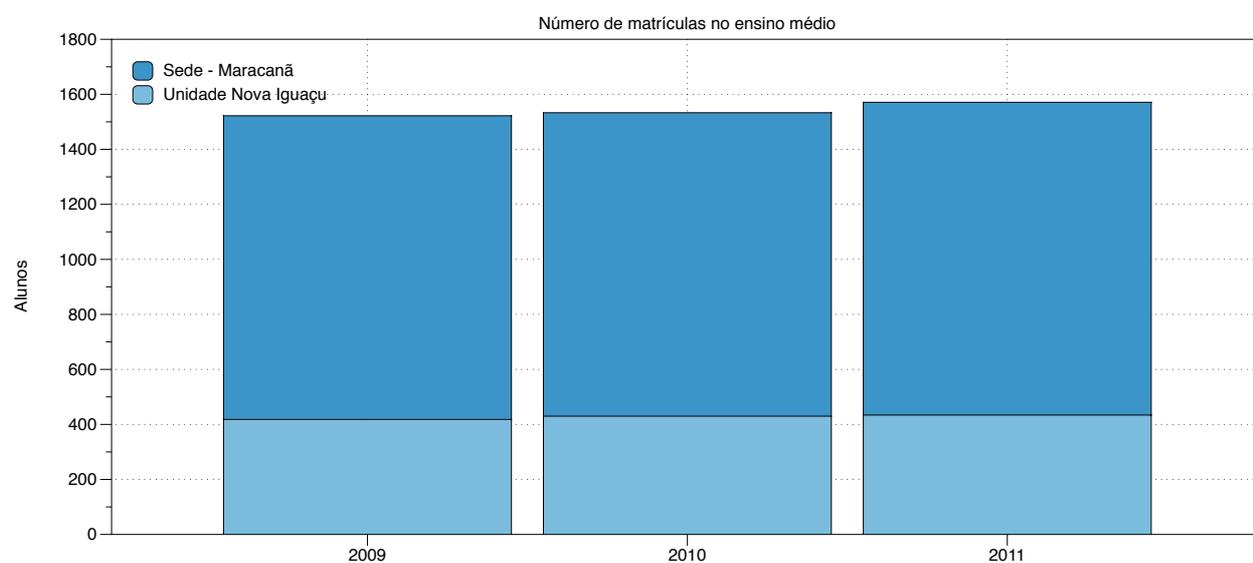


Figura 8: Número de matrículas no ensino médio

Número de alunos matriculados nos cursos de ensino técnico subsequente

Os números apresentados para os alunos matriculados nos cursos de ensino técnico subsequente são formados pela média aritmética relativa aos dois semestres de cada ano, conforme Decisão nº 408/2002-TCU. Deve ser observado que o CEFET/RJ oferece quatro modalidades de cursos técnicos: subsequente, a distância (e-Tec Brasil), concomitante e formação de jovens e adultos (PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Nas tabelas seguintes são apresentados os quantitativos de matrículas por *campus* em todas as modalidade, especializações e sua evolução temporal.

Tabela 11: Alunos matriculados no ensino técnico subsequente - Unidade Sede (Maracanã)

Ensino técnico subsequente	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Edificações	85	95	89	97	93
Eletrotécnica	83	88	83	95	89
Estradas	01	0	0	0	0
Mecânica	94	84	93	100	97
Segurança do Trabalho	111	104	107	101	104
Telecomunicações	70	66	87	115	101
Total	444	437	459	508	484

Tabela 12: Alunos matriculados no ensino técnico subsequente - Unidade Itaguaí

Curso técnico	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Portos	0	75	107	141	124
Total	0	75	107	141	124

Número de alunos matriculados no ensino técnico à distância

Lançado em 2007, o programa de ensino técnico a distância proporciona educação profissional técnica com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso aos cursos técnicos.

Tabela 13: Alunos matriculados no ensino técnico à distância - Unidade Sede (Maracanã)

Curso técnico	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Segurança do Trabalho e-Tec	200	123	134	248	191
Total	200	123	134	248	191

Número de alunos matriculados nos ensino técnicos concomitante interno e externo

Os números apresentados são relativos aos alunos matriculados nas modalidades concomitantes interno e externo de ensino técnico.

Tabela 14: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Sede (Maracanã)

Ensino técnico concomitante	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Eletrônica	348	374	374	391	383
Eletrotécnica	272	297	300	343	322
Mecânica	539	612	557	547	552
Meteorologia	134	127	124	131	128
Edificações	336	376	427	451	439
Estradas	88	97	82	100	91
Telecomunicações	149	171	153	170	162
Segurança do Trabalho	368	184	182	198	190
Informática	259	288	269	257	263
Administração	191	184	181	187	184
Turismo e entretenimento	185	217	216	211	214
Total	2869	2927	2865	2986	2928

Tabela 15: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Nova Iguaçu

Ensino técnico concomitante	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Eletromecânica	198	259	-	-	223
Enfermagem	224	239	-	-	227
Informática	188	248	-	-	211
Telecomunicações	195	254	-	-	205
Total	805	1000	-	-	866

Tabela 16: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Maria da Graça

Ensino técnico concomitante	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Manutenção Automotiva	134	158	182	219	201
Segurança do Trabalho	187	213	244	282	263
Automação Industrial	153	173	182	204	193
Total	474	544	608	705	657

Tabela 17: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Petrópolis

Ensino técnico concomitante	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Telecomunicações (TV Digital)	0	136	135	137	136
Total	0	136	135	137	136

Tabela 18: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Nova Friburgo

Ensino técnico concomitante	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Informática Industrial	0	129	93	85	89
Informática	0	0	0	39	39
Total	0	129	93	124	128

Tabela 19: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Itaguaí

Ensino técnico concomitante	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Mecânica	0	0	85	125	105
Total	0	0	85	125	105

Tabela 20: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Angra dos Reis

Ensino técnico concomitante	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Mecânica	0	46	81	112	97
Total	0	46	81	112	97

Tabela 21: Alunos matriculados no ensino técnico concomitante - Unidade Valença

Ensino técnico concomitante	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Agroindústria	0	31	56	88	72
Total	0	31	56	88	72

Número de alunos matriculados no ensino técnico - PROEJA

Tabela 22: Alunos matriculados no ensino técnico PROEJA - Unidade Maria da Graça

Ensino técnico PROEJA	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem	2011 Média
Manutenção Automotiva (Proeja)	29	59	-	-	59
Total	29	59	-	-	59

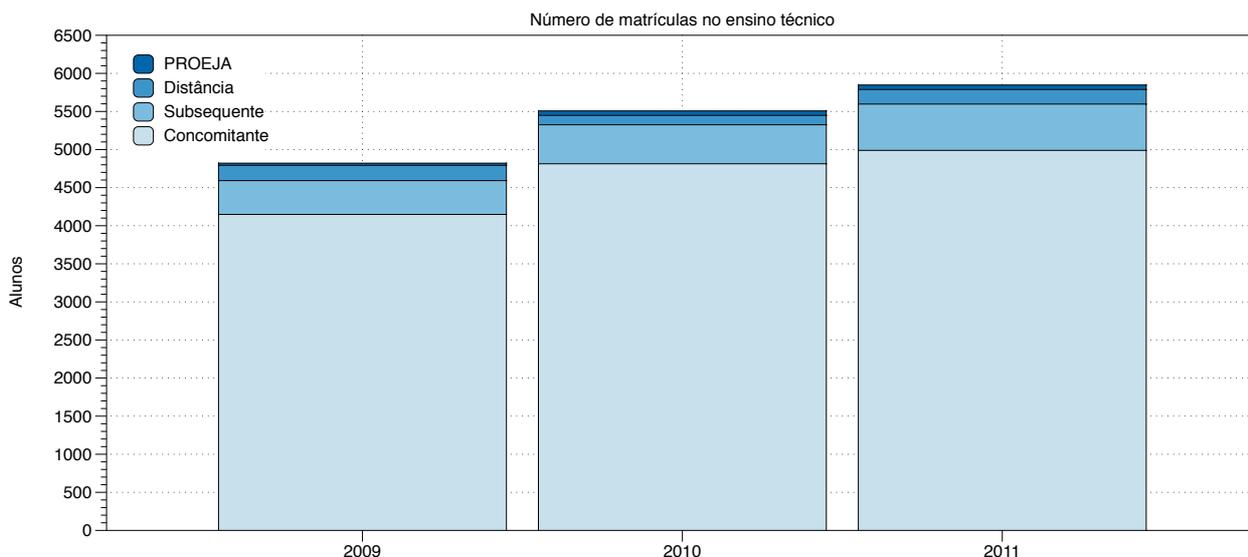


Figura 9: Número de matrículas no ensino técnico

Na Figura 9 é apresentado o número total de matrículas nos cursos técnicos oferecidos pelo sistema CEFET/RJ. Pode ser observado um crescimento no quantitativo de matrículas durante os três últimos anos. Cabe salientar que o número de matrículas é bem superior a meta definida no orçamento de 2011 (3600 matrículas).

Número de vagas oferecidas a alunos conveniados

O CEFET/RJ estabelece diversos convênios que possibilitam o acesso dos alunos matriculados em unidades Estaduais e Municipais possam compor seus estudos na modalidade curso técnico no CEFET/RJ. A Tabela 23 elenca os convênios firmados e o quantitativo de vagas oferecidas.

Tabela 23: Vagas oferecidas a alunos conveniados com outros colégios

Convênios	2009 Média	2010 Média	2011 1º sem	2011 2º sem
Colégio Horácio de Macedo	134	11	35	45
Colégio Newton Braga	34	27	12	14
Colégio Pedro II	134	94	0	49
Colégio Ernesto Faria	74	61	33	73
SEEDUC – Secretaria de Estado de Educação RJ	0	0	0	196
Total	376	193	80	377

Número de concluintes por modalidade de ensino

Na Tabela 24 é apresentado o número de concluintes por modalidade de ensino e pode ser observado que o quantitativo aumentou 31,8% de 2010 para 2011.

Tabela 24: Número de concluintes por modalidade de ensino

ENSINO	2009	2010	2011
Graduação	222	88	276
Tecnólogo	33	12	64
Técnico	439	216	244
Médio	316	303	303
Pós - Médio	56	47	38
Total	1066	666	772

Atividades de Pesquisa e Pós-graduação

Nas seções subseqüentes serão apresentadas as métricas das atividades de pesquisa e pós-graduação.

Cursos de especialização

Na Tabela 25 é apresentado o número de alunos matriculados e o de certificados emitidos pelos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* fornecidos pelo CEFET/RJ.

Tabela 25: Número de alunos matriculados e certificados nos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*

Curso	Matriculados	Certificados
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Angra dos Reis	12	07
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Campo Grande	88	12
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Macaé	50	07
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Volta Redonda	18	11
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Rio Bonito	44	00
UAB Educ. Tec. À Distância Pólo Nova Friburgo	54	00
Relações Etnicorraciais e Educação	73	07
Novas Tecnologias Aplicadas ao Estudo de Biosistemas	04	03
Cultura na América Latina	11	15
Gestão Patrimonial e Ambiental em Turismo	12	01
Educação e Contemporaneidade	25	00
Letramento(s) e Práticas Educacionais	30	00
Ensino de Línguas Estrangeiras	28	00
Trabalho, Tecnologia e Educação	19	00
Total	468	63

Cursos de mestrado

A meta orçamentária prevista para 2011 foi de 160 alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*. Na Tabela 26 é mostrado o números de alunos matriculados e pode ser observado que a meta foi satisfeita com um acréscimo significativo de alunos.

Tabela 26: Número de alunos matriculados e certificados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*

Curso	Matriculados	Certificados
Mestrado em Tecnologia	68	28
Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia dos Materiais	41	10
Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática	49	16
Mestrado em Engenharia Elétrica	26	3
Mestrado em Ciências, Tecnologia e Educação	22	0
Mestrado em Relações Etnicorraciais	18	0
Total	224	57

Pode também ser observado (Tabela 27) que os cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* vem aumentando sistematicamente o número de alunos matriculados.

Tabela 27: Série histórica dos alunos matriculados nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*

Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	2009	2010	2011
Alunos matriculados	183	209	224
Total	183	209	224

A previsão para 2011 foi de 130 publicações em jornais indexados e dissertações. No final do exercício essa métrica alcançou o patamar de 195 documentos, como pode ser observado na Tabela 28.

Tabela 28: Trabalhos produzidos pela Pós-graduação *Stricto Sensu*

Tipo de trabalho produzido pela Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	Quantidade
Dissertação de mestrado	57
Publicação Científica em jornal indexado (válido para a avaliação da CAPES)	128
Total	185

Concessão de bolsas

No exercício de 2011, o CEFET/RJ concedeu 157 bolsas relacionadas à pesquisa e a divisão entre os programas específicos é apresentada na Tabela 29.

Tabela 29: Número de alunos bolsistas por modalidade de programa de concessão de bolsas

Modalidade de concessão	Matriculados	Certificados
Mestrado Convênio CAPES	48	08
Mestrado Bolsa CEFET	04	03
Mestrado Bolsa CNPq	02	01
Mestrado Bolsa FAPERJ	0	0
PIDCT	0	0
Iniciação Científica (CEFET)	50	50
Iniciação Científica (CNPq)	30	30
PIBIT	23	23
Total	157	115

Eventos, seminários e simpósios organizados

Os seguintes seminários foram organizados pela Pós-graduação do CEFET/RJ:

- Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação 2011 (o evento engloba o 11º Seminário de Iniciação Científica, o 5º Seminário de Iniciação Tecnológica, além de trabalhos de discentes e docentes que atuam na pesquisa e na pós-graduação da instituição); Organização: DIPPG/DEPEQ/COLAT/PPGSS; Período: 30/08 a 01/09/2011; Local: campus do Maracanã;
- Seminário História e Filosofia da Ciência: perspectivas para a educação científica; Organização: Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPECM); Período: 24 de novembro se 2011; Local: campus Maracanã;
- I Simpósio sobre Ensino de Línguas Estrangeiras; Organização: COLAT/Colegiado do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino de Línguas Estrangeiras; Período: 08 e 09 de dezembro de 2011; Local: campus do Maracanã;
- I Seminário Educação e Contemporaneidade; Organização: Colegiado do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e Contemporaneidade; Período: 9 e 10 de dezembro de 2011; Local: campus de Nova Friburgo.

Atividades de Extensão

Nas seções seguinte serão apresentados os indicadores do funcionamento das atividades de extensão executadas no sistema do Centro.

Estágio e emprego

A Tabela 30 sumariza as atividades relacionadas ao estágio supervisionado e emprego. Observando a série histórica, deve se salientar o significativo crescimento do número de ofertas para estágio que é resultado do esforço continuado em melhorar a oferta aos alunos.

Tabela 30: Sumário dos serviços de estágio e emprego

Serviços	2009	2010	2011
Ofertas para Estágio	1.641	2.782	3.549
Termos de Compromisso	1.404	1.750	1.933
Termos Aditivos	592	656	734
Palestra de orientação no mercado	27	35	25
Empresas em Convênio	3.365	3.560	3.812
Declaração Expedida Lei 11.788	986	412	502
Ofertas de Emprego	875	581	783

Ações extensionistas

A Tabela 31 apresenta um resumo das atividades extensionistas executadas pelo sistema CEFET/RJ.

Tabela 31: Sumário das ações extensionistas

Ações	Público
Cursos	4.700
Oficinas	240
Eventos de Extensão	36.700
Produção e Publicação	400
Projetos de Extensão	2.450
Programa de Intercâmbio	350
Programa de Educação Tecnológica	780
Programa de Assistência Estudantil	287

Ações de Empreendedorismo Inovador - Incubadora

Tabela 32: Sumário dos serviços de estágio e emprego

Incubadora de Empresa Tecnológica – IETEC	2009	2010	2011
Empresas incubadas	03	04	02
Projetos pré-incubados	*	06	06
Atendimento ao público	320	380	170
Lançamento de editais	0	1	1
Empresas graduadas	13	15	15
Projetos descontinuados	14	15	17

Os resultados da Incubadora de Empresas são resumidos na Tabela 32.

Gestão de convênios de extensão ativos

Os convênios de extensão ativos durante o exercício são resumidos na Tabela 33.

Tabela 33: Resumo dos convênios de extensão ativos

Entes Participantes	Programas/Projetos	Ação
Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - PROMINP / IFF / CEFET/RJ	Programa Nacional de Qualificação Profissional	Promover a formação em nível de Qualificação Profissional
UNISUAM / CEFET/RJ	Projeto de Capacitação	Capacitar professores do CEFET/RJ através do curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Local.
UERJ / UVA / CEFET/RJ	Projeto de Criação de Território Tecnológico em São Cristóvão	Desenvolver o modelo de território tecnológico a ser implementado no bairro de São Cristóvão.
SEDEIS/UERJ/CEFET/RJ	Rede SUCe- Projeto de Capacitação em Comunidades Pacificadas	Promover a inserção social e cidadã das pessoas através de intervenções nas Comunidades de baixa renda e na capacitação das pessoas – Comunidade alcançada: Mangueira
Fundação Rotária de Educação para o Trabalho- FRET/CEFET/RJ	Acordo de Cooperação Técnica, Científica, Tecnológica, Pedagógica e Operacional	Desenvolver ações extensionistas traduzidas através de : programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e outros produtos acadêmicos
CEFET/RJ / Escolas Estaduais e Municipais	Projeto Bemvindo ao CEFET/RJ	Divulgar, Promover e Visitar as instalações do CEFET/RJ com alunos das redes estaduais e municipais com vistas a informar sobre os cursos oferecidos de capacitação profissional de nível médio
CEFET/RJ	Projeto Pré-vestibular para Negros e Carentes – Núcleo Tijuca	Contribuir para a garantia do acesso ao ensino superior da população em desvantagem social, visando também colaborar no exercício do papel do cidadão, diante da sociedade.

Eventos realizados no CEFET/RJ

A Tabela 34 apresenta os 121 eventos realizados no sistema CEFET/RJ durante o ano de 2011. Os números indicam que foi organizado um evento a cada 3 dias em média no Centro.

Tabela 34: Lista dos eventos realizados no CEFET/RJ

DATA	TIPO DE EVENTO	LOCAL (Unidade)
14/02	Tutorial Básico De Programação em Matlab	Petrópolis
21/02 a 24/02	PAC- Programa de Acolhimento ao Calouro – CEFET Jr	Maracanã
24/02 a 30/06	Projeto Mutirão CEFET Solidário à Região Serrana (Turma Cidadã)	Maracanã
24/02	Palestra do PAC - Programa de Acolhimento ao Calouro (1º sem) - SIFE	Maracanã
25/02	Palestra: Ciências Tecnologia e Sociedade	Maracanã
14/03	Mini-Curso: Visualização e Geometria Analítica	Maracanã

14/03	Curso: Capacitação de Docentes de Física e Matemática do Ensino Médio	Nova Iguaçu
19/03	Evento Pais – CEFET Jr	Maracanã
25/03	Palestra: Energia Solar Fotovoltaica	Maracanã
14/04	Palestra Scumberger – DIEMP/COEMP	Maracanã
15/04	Entrada dos Trainees (1º semestre) - SIFE	Maracanã
15/04 a 15/05	Ciclo de Capacitações SIFE CEFET/RJ (1º semestre) - SIFE	Maracanã
18/04 a 20/04	Curso: Investindo na Bolsa de Valores – CEFET Jr	Maracanã
20/04	Palestra: Bm&F – Bovespa – Mercado de Ações e Futuros	Maracanã
20/04	Palestra: Desafios do Novo Engenheiro Estrutural do Século XXI	Maracanã
26/04	Visita Cultural: CCBB	Angra dos Reis
26/04	Visita Técnica: Camp Maracanã	Angra dos Reis
27/04	Palestra: Treinamento em Marketing Pessoal	Maracanã
Maio e Junho	7 aulas do curso de informática para os associados da Aliança em parceria com o NAPNE - SIFE	Maracanã
05/05	Curso: Microcontroladores Aplicados em Sistemas	Maracanã
12/05	Mini-Curso: Ciências, Sangue e Cidadania	Maracanã
16/05 a 20/05	Semana de Telecomunicações 2011 - “TV Digital: desafios e oportunidades” – Palestras, mesas redondas, oficinas, exposição de trabalhos.	Petrópolis
18/05	Visita Cultural: Museu da Língua Portuguesa	Angra dos Reis
18/05	Mini-Curso: Aplicações De Microscopia Ótica no Ensino de Biologia	Maracanã
20/05	Mini-Curso: Informática Básica Adaptada para Deficientes Visuais – DOS VOX	Maracanã
20/05	Capacitações para voluntários do Articulação RS - SIFE	Friburgo
20/05	Mini-Curso: Sustentabilidade, Inclusive para Você: Uma Introdução a Construção da Agenda Local	Maracanã
27/05	Palestra: Mercado de Trabalho: O Ingresso dos Jovens	Maracanã
01/06	Palestra e processo seletivo JIRAU – DIEMP/COEMP	Maracanã
09/06	Palestra: Reaproveitamento do Óleo Vegetal - COOPBRILHO	Angra dos Reis
03/06	Palestra “Science and Fiction” – Prof. Dr. Kenneth Tobin – City University – New York – Núcleo de Atividades e Pesquisa em Ensino de Física	Petrópolis
09/06	Evento dos Pais (1º semestre) - SIFE	Maracanã
10/06	Palestra: Sustentabilidade Ambiental	Maracanã
15/06	Palestra e Processo Seletivo Ambev – DIEMP/COEMP	Maracanã
20/06	Visita Técnica: TRANSPETRO	Angra dos Reis
27/06	Palestra e Processo Seletivo Ambev – DIEMP/COEMP	Maracanã
29/06	Visita Técnica: Eletronuclear	Angra dos Reis
05/07	Palestra do PAC - Programa de Acolhimento ao Calouro (2º sem) - SIFE	Maracanã
08/07	Desenvolvimento de Equipes – CEFET Jr	Maracanã
11/07	Curso: Capacitação de Docentes de Física e Matemática do Ensino Médio	Nova Iguaçu
Durante o semestre	Seminários de Licenciatura em Física 2011_1 – Palestras diversas.	Petrópolis
25/07	Cefet Summer Of Code 2011 – Desvendando o Universo Da Robótica com Arduino	Maracanã
27/07	Cefet Summer of Code 2011 – Linguagem e Programação Python	Maracanã
29/07	Cefet Summer of Code 2011 – Linguagem de Programação Java	Maracanã
30 e 31/07	Palestra Chemtech – DIEMP/COEMP	Maracanã
01/08	Curso: Capacitação de Docentes de Física e Matemática do Ensino Médio	Nova Iguaçu
01/08	Projeto: Orientação Profissional	Valença
01/08	Palestra: Diagnóstico da Agroindústria Familiar	Valença
01/08	Projeto: LHICT Laboratório de História da Ciências e da Tecnologia	Nova Iguaçu
01/08	Ciclo de Debates: Turismo Entre Diálogos	Petrópolis
02/08	Palestra: O Trabalho do CIEE	Valença
02/08	Palestra: O Trabalho da COEMP/DIREX/CEFET/RJ	Valença
03/08	Palestra/ workshop sobre Estágio – DIEMP/COEMP	UnED Valença
08/08	Curso: Boas Práticas na Fabricação – EMBRAPA	Valença
09/08 a 11/08	VI Feira de Estágio e Emprego 2011 – DIEMP/COEMP	Maracanã

09/08	Palestra: Formação de Consumidores Conscientes	Valença	
10/08	Palestra: Cozinha Piloto	Valença	
15/08	Projeto AdolescentTI	Maria da Graça	
15/08	Curso: Formação continuada de Professores na Perspectiva da Ciência como Cultura	Petrópolis	
16/08	Palestra Ambev – DIEMP/COEMP	Maracanã	
16/08	Palestra Promom – DIEMP/COEMP	Maracanã	
19/08	Olimpíada Brasileira de Química	Maracanã	
22 a 24/08	Palestra CHEMTECH – DIEMP/COEMP	Maracanã	
25/08	Palestra: Technip – Operadora do Porto de Angra dos Reis	Angra dos Reis	
26/08	Palestra Marinha – DIEMP/COEMP	Maracanã	
29/08	Curso: Introdução à Informática	Valença	
31/08	1º Sarau de Leitura	Angra dos Reis	
01/09	Visita Cultural Bienal do Livro - RJ	Angra dos Reis	
01/09	Projeto de Divulgação do CEFET-Valença	Valença	
01/09	Palestra Petrobras – DIEMP/COEMP	Maracanã	
02/09	Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA)	Maracanã	
06/09	Palestra OSX – DIEMP/COEMP	Maracanã	
09/09	Palestra: Bullying – CEFET-Valença	Valença	
10/09	Espaço Trainee - CEFET Jr	Maracanã	
10/09	Palestra/ workshop sobre Estágio – DIEMP/COEMP	Maracanã	
12/09	Olimpíada Brasileira De Robótica	Maracanã	
12/09	Programa Trainee Globo – DIEMP/COEMP	Maracanã	
13/09	Palestra Globo – DIEMP/COEMP	Maracanã	
14/09	Palestra: Agenda 21 – Não jogue o óleo pelo ralo	Angra dos Reis	
19/09	Palestra: Redes De Acesso Em Ônibus Universitários	Maracanã	
19/09	Palestra: Internet Do Futuro - Um Novo Horizonte	Maracanã	
23/09	Palestra: Bullying – Escola Estadual Padre Sebastião	Valença	
26 e 27/09	I Congresso Nacional – Programa Turma Cidadã	Maracanã	
28/09	Palestra: PRONAF Agroindústria	Valença	
28/09	Visita Técnica: Eternit	Angra Dos Reis	
28/09	Visita Técnica: CEFET-Maracanã	Angra Dos Reis	
29/09	Palestra Vale – DIEMP/COEMP	Maracanã	
29/09	Palestra sobre Empreendedorismo e Inovação para os alunos do 3º período do Curso Técnico de Administração - IETEC	Maracanã	
29/09	Entrada dos Trainees (2º semestre) - SIFE	Maracanã	
29/09 a 29/10	Ciclo de Capacitações SIFE CEFET/RJ (2º semestre) - SIFE	Maracanã	
03/10	Palestra e processo seletivo Oceaneering – DIEMP/COEMP	Maracanã	
11/10	Visita à IETEC dos alunos do 2º período - Curso de Graduação em Administração Industrial - IETEC	Maracanã	
17/10	a	Semana de Extensão -SIFE	Maracanã
21/10			
20/10	Primeiro Encontro do Conselho Empresarial SIFE CEFET/RJ	Maracanã	
19/10	Responsabilidade Social em Foco – CEFET Jr	Maracanã	
		Maracanã – Maria da Graça	
19/10	Semana de Extensão 2011: 71 Palestras, 23 Minicursos, 7 Seminários, 25 Pôsters, 7 Mesas-redondas, 81 Projetos EXPOTEC, 6 Projetos EXPOMED, 13 Projetos EXPOSUP, 14 Atividades Artístico-Culturais e 3 outros eventos	– Nova Iguaçu – Petrópolis – Nova Friburgo – Itaguaí – Angra dos Reis - Valença	
20/10	Palestra na Semana de Extensão, título: INCUBADORA: UM AMBIENTE COLABORATIVO PARA PROMOVER INOVAÇÃO - IETEC	Maracanã	

20/10	Palestra Cameron – DIEMP/COEMP	Maracanã
20/10 e 21/10	Aprendendo em Parceria – CEFET Jr	Maracanã
21/10 a 23/10	Semana de Extensão 2012 – Semana de Arte/Ciência e Tecnologia - Palestras, mesas redondas, oficinas, exposição de trabalhos.	Petrópolis
21/10	Palestra/ workshop sobre Estágio – DIEMP/COEMP	Maria da Graça
24/10	Ciclos de Debates	Maracanã
31/10	Palestra: Genética e Doenças Metabólicas	Maracanã
04/11	Palestra: HIV e AIDS	Maracanã
04/11	Palestra: Inteligência Computacional	Valença
05/11	Seminário: Php'n Rio2011	Maracanã
07/11	Palestra/ workshop sobre Estágio – DIEMP/COEMP	Maracanã
08/11	Curso: Avaliação da Conformidade – Fundamentos, Contextos e Práticas – INMETRO	Maracanã
09/11	Palestra: Legislação de Bebidas	Valença
10/11 e 11/11	ENFEPro-Encontro Fluminense de Engenharia de Produção – CEFET Jr	Maracanã
11/11	Palestra: Papilomavírus Humano e Câncer	Maracanã
17/11	Palestra na Semana Global de Empreendedorismo: Empreender e inovar: qual é o caminho? - em parceria com a Incubadora da UVA-TIJUCA - IETEC	Maracanã
21/11	Troca de Gestão – CEFET Jr	Maracanã
22/11	Semana Acadêmica do Curso de Engenharia	Nova Iguaçu
28/11	Evento dos Pais 2º semestre -SIFE	Maracanã
29/11	Palestra: Motivação e Poder da Comunicação	Nova Iguaçu
01/12	Projeto: CEFET/RJ No Dia Mundial de Prevenção à AIDS	Maracanã
14/12	Dia da Qualidade – CEFET Jr	Maracanã
Durante o semestre	Projeto “Turismo Entre Diálogos”.- Palestras, mesas redondas, oficinas, exposição de trabalhos.	Petrópolis
Durante o semestre	Projeto “Intercâmbio Telecom/TV Digital” – Palestras com especialistas da UFF e COPPE/UFRJ (visitas mútuas)	Petrópolis

Outras atividades

Concursos realizados

As tabelas abaixo resumam os concursos para docente e discente realizados em 2011. Deve ser salientado que não foi feito nenhum concurso para Técnico-Administrativo durante o referido exercício.

Tabela 35: Concurso para discente – vagas disponíveis

Público Alvo	Nº de Vagas								
	2011								
Nível de Ensino	Maracanã	Nova Iguaçu	Nova Friburgo	Maria da Graça	Petrópolis	Itaguaí	Angra dos Reis	Valência	
Médio/Técnico	810	216	60	180	36	40	40	40	
Pós-Médio	250	-	-	-	-	80	-	-	
Tecnólogo	160	-	80	-	80	-	-	-	
Graduação	540	144	80	-	80	80	-	-	

Fonte: Coordenação de Concursos , 2011

Tabela 36: Concurso para docente – vagas disponíveis

Público Alvo	Nº de Vagas *									
Servidores	2011									
	Maracanã	Nova Iguaçú	Nova Friburgo	Maria da Graça	da	Petrópolis	Itaguaí	Angra dos Reis	Valência	
Docentes	17	3	2	2		1	1	3	1	
Administrativos	-	-	-	-		-	-	-	-	

Fonte: Coordenação de Concursos, 2011

*Vagas para contratação de professor temporário

Tabela 37: Concurso para discente - número de candidatos

Público Alvo	Nº de Candidatos									
Nível de Ensino	2011									
	Maracanã	Nova Iguaçú	Nova Friburgo	Maria da Graça	da	Petrópolis	Itaguaí	Angra dos Reis	Valência	
Médio/Técnico	11.513	2.732	82	1.033		71	506	191	64	
Pós-Médio	696	-	-	-		-	367	-	-	
Tecnólogo	1.855	-	412	-		429	-	-	-	
Graduação	8.798	1.776	240	-		342	903	-	-	

Fonte: Coordenação de Concursos, 2011

Tabela 38: Concurso para docente - número de candidatos

Público Alvo	Nº de Candidatos									
Servidores	2011									
	Maracanã	Nova Iguaçú	Nova Friburgo	Maria da Graça	da	Petrópolis	Itaguaí	Angra dos Reis	Valência	
Docentes	70	18	8	4		1	2	2	7	
Administrativos	-	-	-	-		-	-	-	-	

Fonte: Coordenação de Concursos, 2011

Indicadores específicos

Nas tabelas seguintes são apresentados os indicadores específicos relacionados com diversas decisões do Tribunal de Contas da União. Na Tabela 39 é apresentado os gastos correntes por aluno.

Tabela 39: Indicadores específicos

GASTOS CORRENTES POR ALUNO	
Gastos Totais (A)	174.917.196,68
Investimentos (B)	0,00
Capital (C)	6.979.114,81
Precatórios (D)	0,00
Inativos (E)	40.710.267,80
Pensionistas (F)	9.532.442,62
Total de Gastos(G)= A- Σ(B:F)	117.695.371,45
N.º Total de Alunos Matriculados	10.843
Gastos Correntes por Aluno (R\$)	10.854,50

Tabela 40: Acórdão N° 1046/2006

Item	Componente		Valor
1	Custo Corrente excluindo as despesas do(s) H.U.(s)	9.1.1.2	112.794.835,31
2	Número de alunos tempo integral	9.1.1.3	4.655,16
3	Número de alunos equivalentes	9.1.1.3.1	8.435,30
4	Número de professores equivalentes	9.1.1.4	585,50
5	Número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço no(s) HU(s)	9.1.1.6	444,75
6	Custo corrente / aluno equivalente (excluindo os 35% das despesas do(s) HU(s))	9.1.2.1.1	13.371,77
7	Número de Alunos Tempo Integral/ Número de Professores Equivalentes	9.1.2.2	7,95
8	Número de Alunos Tempo Integral/ Número de funcionários equivalentes	9.1.2.3.1	10,47
9	Número de Funcionários equivalentes / Número de Professores equivalentes	9.1.2.4.1	0,76
10	Grau de Participação Estudantil	9.1.2.5	0,55
11	Grau de Envolvimento com Pós-graduação	9.1.2.6	0,06
12	Conceito CAPES/MEC para Pós-graduação	9.1.2.7	3,00
13	Índice de Qualificação do Corpo Docente	9.1.2.8	3,85
14	Taxa de Sucesso na Graduação	9.1.2.9	0,35

Restos a pagar de exercícios anteriores

O quadro abaixo apresenta as informações sobre o pagamento e cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores.

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	13.065.568,31	261.853,94	10.219.009,39	2.584.704,98
2009	0,00	869.814,65	159.915,47	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	13.065.568,31	261.853,94	10.219.009,39	2.584.704,98
2009	7.515.552,02	384.910,08	6.098.075,17	1.032.566,17
Observações: 1 - Acórdão TCU 3108/2011- Decisão sobre Restos a Pagar 2 - Art. 35 do Decreto no. 93.872/86				

O Decreto 7054/11 prorroga até 30/06/2012 a validade dos Restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2010.

Informação sobre recursos humanos da unidade

Os quadros abaixo apresenta informações sobre os recursos humanos do CEFET/RJ, contemplando as seguintes perspectivas: composição do quadro de servidores ativos, composição do quadro de servidores inativos e pensionistas, custos associados a manutenção dos recursos humanos, mão de obra terceirizada, locação e prestação de serviço e alguns indicadores gerenciais.

Os números demonstram que o crescimento da Instituição não está sendo acompanhado pelo crescimento do quadro de servidores. Somente no exercício de 2011, 6,3% dos servidores saíram da instituição e não foram adequadamente repostos. Além disso, com a expansão, foi observado a dificuldade de formação e qualificação de novos quadros.

Outro ponto vital é a questão salarial, que também e em muitos casos transformam o “quadro de pessoal” da Instituição como um todo, sem atrativos salariais, se comparados a outras organizações federais, como, TCU, CGU, Ministério Público, Receita federal do Brasil, órgãos da administração direta, BACEN, entre outros. Visto que, em muitos casos o servidor tem a atribuição que se comparada a de servidores dos órgãos citados tem a mesma capacidade, mas não a retribuição. Significa dizer que a rotatividade nos setores é significativa, dificultado a manutenção da memória institucional.

Já para à composição de pessoal terceirizado, limpeza, vigilância, manutenção predial, e outros, esta Instituição utiliza os serviços prestados de forma indireta, não disponibilizados no “quadro funcional”, limitando-se a quantidade e valores autorizados e definidos conforme instrumentos legais.

Composição do quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	1070	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	1040	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	02	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	00	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	0	28	30	02
3. Total de Servidores (1+2)	0	1070	30	02

Fonte: DRH

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	05
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	00
1.2. Exercício de Função de Confiança	00
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	05
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	20
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	00
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	13
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	00
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	07
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	26
3.1. De ofício, no interesse da Administração	08
3.2. A pedido, a critério da Administração	00
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	02
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	15
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	03
4.1. Doença em pessoa da família	00
4.2. Capacitação	03
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	09
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	02
5.2. Serviço militar	00
5.3. Atividade política	00
5.4. Interesses particulares	07
5.5. Mandato classista	00
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	00
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	63

Fonte: DIRAP/DRH

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	43	43	17	16
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	43	42	17	16
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	1	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	169	137	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	212	179	17	16

Fonte: DIRAP/DRH

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo					
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>	-	-	-	-	-
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	158	249	226	342	89
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	-	-	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	-	9	13	15	1
2.3. <i>Funções gratificadas</i>	13	26	35	26	12
3. Totais (1+2)	171	284	274	383	102

Fonte: DIRAP/DRH

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	-	-	45	18	153	137	258	310	143
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. <i>Grupo Direção e Asses. Superior</i>	-	-	-	-	4	3	9	7	10
2.3. <i>Funções gratificadas</i>	-	-	-	4	13	11	35	28	21
3. Totais (1+2)	-	-	45	22	170	151	302	345	174

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	-	26
1.2 Compulsória	-	5
1.3 Invalidez Permanente	-	2
1.4 Outras	-	
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	-	
2.2 Compulsória	-	
2.3 Invalidez Permanente	-	
2.4 Outras	-	
3. Totais (1+2)		33

Fonte: DIRAP/DRH

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1 Integral	-	8
1.2 Proporcional	-	
2. Em Atividade	-	1
3. Total (1+2)	-	9

Fonte: DIRAP/DRH

Demonstração dos custos de pessoal

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	29.990.513,25	0,00	9.236.106,44	0,00	1.206.705,76	4.453.617,70	40.757.544,20	0,00	4.999.237,63	90.643.724,99
	2010	26.223.061,09	0,00	6.418.442,53	0,00	402.625,39	1.777.146,38	30.325.401,58	0,00	0,00	65.146.676,97
	2009	23.359.357,04	0,00	5.549.910,36	0,00	268.284,47	875.231,33	26.191.631,45	0,00	0,00	56.244.414,65
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	218.439,10	0,00	18.628,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	237.067,53
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	1.424.963,61	27.781.102,55	0,00	0,00	57.335,19	211.608,35	1.936.546,30	0,00	0,00	31.411.556,01
	2010	1.249.170,12	23.544.032,20	305.750,98	0,00	57.349,59	84656,72	1.444.590,52	0,00	0,00	26.685.550,13
	2009	1.122.753,83	20.067.842,71	264.377,30	0,00	12.780,08	41.692,80	1.247.672,93	0,00	0,00	22.757.119,65
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	4.705.693,79	1.779.409,19	0,00	0,00	189.339,47	698.799,68	6.395.106,38	0,00	0,00	13.768.348,52
	2010	4.232.594,19	1.784.157,49	1.035.983,65	0,00	64.986,69	286.844,45	4.894.742,00	0,00	0,00	12.299.308,47
	2009	3.770.371,47	1.643.565,08	895.796,20	0,00	43.303,06	141.268,75	4.227.521,22	0,00	0,00	10.721.825,78

Fonte: SIAFI - Nota: As informações foram extraídas do SIAFI considerando a semelhança por naturezas das despesas em relação às rubricas de pessoal (despesas variáveis), em percentual relativo, observando a informação na tabela de Composição do Quadro, e o limite do sistema, considerando a ausência de informação no SIAPE.

Terceirização de mão de obra empregada

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca														
UG/Gestão: 153010 / 15244							CNPJ: 42.441.758.0001-5							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	V	O	173/10	01.301.890.0001-34	15/10/10	15/10/11	12	12						E
2010	V	O	174/10	02.841.990.0001-16	25/10/10	25/10/11	8	8						E
2008	V	O	79/08	02.841.990.0001-16	23/10/08	23/10/12	3			5				P
2008	V	O	80/08	02.841.990.0001-16	23/10/08	23/10/12	8	8						P
2008	L	O	200/08	07.755.950.0001-75	02/02/09	02/05/12	1	2	2	2				P
2008	L	O	210/08	07.755.950.0001-75	02/02/09	02/05/12	5	6						P
2008	L	O	201/08	68.582.709.0001-86	02/02/09	02/02/13	5	5						P
2010	L	O	197/10	10.333.675.0001-06	29/11/10	03/05/12	20	20						A
2010	L	O	182/10	08.003.201.0001-54	03/11/10	03/05/12	59	59	1	1				A
2009	V	O	36/09	05.234.289.0001-27	29/07/09	29/07/12			16					A
2011	L	O	45/11	10.685.700.0001-10	09/05/11	09/05/12	10							A
2011	V	O	101/11	01.301.890.0001-34	25/11/11	25/11/12			12					A
2011	V	O	102/11	08.471.527.0001-06	16/11/11	16/11/12			8					A
2011	V	O	103/11	08.471.527.0001-06	10/11/11	10/11/12	8							A
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte: DIRAP/DEPAD

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca														
UG/Gestão: 153010 / 15244							CNPJ: 42.441.758.0001-5							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natu reza	Identifica ção do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	2/4	O	175/10	10.622.386.0001-27	26/10/10	26/01/12	14	14	1	1				A
2010	2/4	O	102/10	10.622.386.0001-27	13/10/10	13/01/12	1	1		2				E
2010	3	O	103/10	10.546.329.0001-06	13/10/10	13/10/12			1	1				A
2010	1	O	186/10	10.476.565.0001-01	11/11/10	11/11/12			16	15		1		A
2011	1	O	176/10	11.395.635.0001-51	06/12/11	06/12/12	2							A
2011	1	O	81/11	13.737.597.0001-01	01/11/11	01/11/12			2					A
Observações:														
LEGENDA														
Área:							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.							
1. Conservação e Limpeza;							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.							
2. Segurança;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.							
3. Vigilância;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
4. Transportes;														
5. Informática;														
6. Copeiragem;														
7. Recepção;														
8. Reprografia;														
9. Telecomunicações;														
10. Manutenção de bens móveis														
11. Manutenção de bens imóveis														
12. Brigadistas														
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes														
14. Outras														

Fonte: DIRAP/DEPAD

Gestão de Bens e Imóveis de uso especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	3	3
	Rio de Janeiro (Maracanã)	2	2
	Nova Iguaçu	1	1
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte:DEPAD/DIRAP

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
153010	6001.02717.500-7	Uso em Serviço Público	Bom	75.020.092,67	25/03/11	84.977.124,00	231.093,29	95.088,24
153010	6001.02075.500-8	Cessão - Em regularização	Bom	13.591.160,84	25/03/11	9.378.061,63	-	-
153010	5869.00029.500-6	Uso em Serviço Público	Bom	14.344.025,63	24/03/11	14.694.562,50	342.000,00	-
Total							573.093,29	95.088,24

Fonte: DEPAD/DIRAP/SIAFI

Declaração sobre convênios, contratos e congêneres

DECLARAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			153010
<p>Declaro, para os devidos fins, que as informações referentes a Contratos, bem como sobre Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria quando firmados estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG. Declaro ainda que não estamos cadastrados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos e Repasse e Termos de Parceria – SICONV. Por ser verdade, firmo o presente instrumento.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	31 de dezembro de 2011
Chefe do DEPAD	Willer Firmiano	SIAPE nº	1550240

Cumprimento da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993

DECLARAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			153010
<p>Declaro, em cumprimento às obrigações criadas pelas Leis No 8.429, de 1992, e 8.730, de 1993, e da Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União No 65, de 25 de abril de 2011, que os servidores do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ apresentaram as respectivas Declarações de Bens e Rendas relativas ao exercício de 2010 ou autorizações de acesso as mesmas como estabelecido no Decreto No 5.483, de 30 de junho de 2005. Por ser verdade, firmo o presente instrumento.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	31 de dezembro de 2011
Chefe do DRH	Agmar da Rocha	SIAPE nº	390205

Funcionamento do controle interno da UJ

A tabela abaixo apresenta a avaliação da estrutura do controle interno da UJ, que foi produzida através de entrevistas com os diretores sistêmicos da UJ. A partir das entrevistas, o resultado final foi consolidado através de média aritmética e arredondamento para o inteiro inferior.

Tabela 41: Estrutura do Controle interno da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

Critérios de sustentabilidade ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
Considerações Gerais:					
Item 3 – sim, nos processos licitatórios de limpeza e conservação. Item 5 – Sim, entretanto não há como aferir impacto. Item 7 – Sim. Item 11 – Não. A empresa contratada para a coleta de lixo é a responsável pela destinação dos resíduos recicláveis, assim como há no Campus da Unidade containers específicos para a coleta de papel, vidro e etc. Item 12 e 13 – Sim, as campanhas são desenvolvidas pela Coordenação de Meio Ambiente através de palestras.					

Gestão da Tecnologia da Informação

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	x				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	x				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	23				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		x			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				x	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				x	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			x		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		x			
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	x				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					
Fonte: DTINF/DIGES					

Recomendações da CGU atendidas no exercício

QUADRO A.15.3.A - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Nota de Auditoria Nº 20116334/001 de 25/08/2011		Nota de Auditoria Nº 20116334/001
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Descrição da Recomendação:			
<p>I. Constatação: Pagamento ao CONIF em 2010, no montante de R\$ 24.614,85, em Programa/Ação inapropriado.</p> <p>Fato: Constatamos a realização de pagamento em Programa/Ação inapropriado (1073/4009) ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF (CNPJ 0751183500055) em 2010, no PT 12364107340090033 – Funcionamento dos Cursos de Graduação das Universidades Federais, no montante de R\$ 24.614,85 (vinte e quatro mil e seiscentos e quatorze reais e oitenta e cinco centavos).</p> <p>Consequência(s): O pagamento em questão, em Ação distinta da 2992, cuja descrição inclui a possibilidade de pagamento para “órgãos colegiados que congreguem o conjunto dessas instituições”, e que permite esse pagamento, apesar de não possuir dotação específica, constitui-se em desvio de finalidade na aplicação dos recursos da Ação 4009.</p> <p>Recomendação: Suspender os pagamentos dessa natureza na Ação 4009 e devolver os recursos pagos indevidamente ao CONIF no exercício de 2010.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DIRAP/CEFET/RJ			
Síntese da providência adotada:			
Através do Ofício nº 1000/2011/GABIN/DIRAP/DIREG, de 28/09/2011, foi solicitado ao CONIF a restituição dos recursos, que foram devolvidos integralmente. No Ofício nº 1243/2011/DIREG/DIRAP/DEPAF, de 03/11/2011, a CGU foi informada do procedimento.			
Síntese dos resultados obtidos			
Os recursos foram re-integrados ao erário público.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

QUADRO A.15.3.B - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Nota de Auditoria nº 20116334/002, de 21/12/2011		Nota de Auditoria nº 20116334/002
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			000448
Descrição da Recomendação:			
<p>1. Constatação: Pagamento ao CONIF em 2010, no montante de R\$ 24.614,85, em Programa/Ação inapropriado.</p> <p>Fato: Constatamos a realização de pagamento em Programa/Ação inapropriado (1073/4009) ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF (CNPJ 0751183500055) em 2010, no PT 12364107340090033 – Funcionamento dos Crusos de Graduação das Universidades Federais, no montante de R\$ 24.614,85 (vinte e quatro mil e seiscentos e quatorze reais e oitenta e cinco centavos).</p> <p>Consequência(s): O pagamento em questão, em Ação distinta da 2992, cuja descrição inclui a possibilidade de pagamento para “órgãos colegiados que congreguem o conjunto dessas instituições”, e que permite esse pagamento, apesar de não possuir dotação específica, constitui-se em desvio de finalidade na aplicação dos recursos da Ação 4009.</p> <p>Recomendação: Suspender os pagamentos dessa natureza na Ação 4009 e devolver os recursos pagos indevidamente ao CONIF no exercício de 2010.</p>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
DIRAP/CEFET/RJ			
Síntese da providência adotada:			
<p>1. Constatação: Pagamento indevido de juros relativos a recolhimento de GPS.</p> <p>Recomendação: Abster-se de empenhar recursos para pagamento de juros decorrentes de atrasos no recolhimento de GPS ocasionados por fatores externos à instituição.</p> <p>2. Constatação: Contratação de empresa de informática por inexigibilidade de licitação sem realização de avaliação prévia do preço acordado.</p> <p>Recomendação: Realizar avaliação prévia dos preços quando houver contratação por inexigibilidade de licitação, decorrente de fornecedor exclusivo, por intermédio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos, conforme Orientação Normativa/AGU nº 17 (DOU de 14.12.2011).</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
<p>(1) A Gestão Contábil foi orientada para abster-se de empenhar os recursos para o pagamento de juros decorrentes de atrasos no recolhimento de GPS.</p> <p>(2) Os solicitantes de contratação de serviços foram orientados a seguir a Orientação Normativa - AGU nº 17.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>(1) O empenho relacionado na Nota de Auditoria é referente a reserva estimativa de recursos para o provimento do pagamento de juros relativos a recolhimentos de GPS ocorridos em atraso em casos fortuitos ou de força maior. Consideramos a ocorrência desses casos quando as notas fiscais são apresentadas com atraso ocasionado por fatores externos à instituição. Logo, este empenho é debitado no caso de ocorrência da existência de pagamento de juros ao longo de todo o exercício. A dificuldade no cumprimento é que é impossível se prever ou planejar casos fortuitos ou de força maior e dependendo do calendário é impossível se obter re emissão de notas fiscais com nova data.</p> <p>(2) o problema da implementação da Orientação Normativa nº 17 é a dificuldade de se obter cotações,</p>			

propostas e outra documentação relativa às contratações em questão. Essa dificuldade pode ocasionar o engessamento do funcionamento do Centro.

Recomendações da Unidade de Auditoria Interna atendidas no Exercício

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria N° 01/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	06.01 Movimentação 06.01.03 Licenças e Afastamentos 06.01.03.02 Constatação
Comunicação Expedida/Data	Memorando n° 14/2011/UAUDI de 02/06/2011 e Plano de Providências N. 02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Administração e Planejamento
Descrição da Recomendação	06.01.03.03 Recomendação: (1) Que sejam retificadas as Portarias n°s 91 de 02/02/2011 e 1163 de 22/10/2010, fazendo constar nos textos o tipo “ônus limitado”, anexando as mesmas e suas publicações no DOU, aos seus respectivos Processos n°s 23063.000010/2011-77 e 23063.004266/2010-72.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Recursos Humanos	
Síntese das providências adotadas	
(1) Os processos n°s 23063.000010/2011-77 e 23063.004266/2010-72, que tratam de assunto que envolvam afastamentos de servidores, foram encaminhados para a DCCIT, para retificação das Portarias n° 91 de 2011 e n° 1.163 de 2010. Através de providências da Divisão de Cooperação Internacional – DCCIT, as Portarias n°s 91, de 02/02/2011 e 1163, de 22/11/2010 foram devidamente retificadas e publicadas no DOU n° 118 de 21/06/2011, s.2, pág.13.	
Síntese dos resultados obtidos	
Regular formalização dos processos, visando a legitimidade dos atos de licenças e afastamentos realizados na Entidade.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Inicialmente o Posicionamento do gestor em relação à recomendação foi de discordância, e apresentou a seguinte justificativa através do Memorando nº 065/2011, de 08/06/2011:

“quanto a recomendação da retificações das Portarias nº 91 de 02/02/2011, referente ao Processo nº 23063.000010/2011, quanto ao afastamento do servidor André Barcelos D. Daibert e da Portaria nº 1.163 de 22/11/2010, cumpra-me informar que essa atribuição referente a afastamentos do País para participação em eventos de curta duração e realização de cursos de pós-graduação, não é de responsabilidade do DRH e sim da DCCIT, de acordo com a cartilha de afastamento elaborada pela citada Divisão na Gestão anterior a que está de saída, o que demonstra o tempo em que essa atividade vem sendo exercida. Sendo assim, a recomendação cabe a DCCIT, quanto a conter nos textos ônus limitado/sem ônus. Anexamos as cópias dos processos citados e cópias da capa da citada Cartilha elaborada pela DCCIT.”

Diante da justificativa, e entendendo improcedente as discordâncias apresentadas em relação as recomendações formuladas, a UAUDI através do Memorando nº 15/2011/UAUDI de 17/06/2011, prestou ao Gestor Responsável o seguinte argumento:

“2) Referente ao Item 1.1 do Plano de Providências N. 02/2011 – Como os Processos nºs 23063.000010/2011-77 e 23063.004266/2010-72, tratam de assuntos que envolvem afastamento de servidores, e estão os mesmos sob a gestão e guarda do Departamento de Recursos Humanos, então dessa forma entendemos que é de responsabilidade do DRH tomar as providências de dar andamento aos referidos processos, despachando para a citada área responsável para que sejam retificadas as Portaria nº 91 de 02/02/2011 e Nº 1163 de 22/10/2010, conforme recomendação constante do item 06.01.03.03 do Relatório de Auditoria Nº 01/2011 de 31/05/2011.”

Obs: Diante do argumento da UAUDI, o posicionamento do gestor foi de concordância com a recomendação.

Fonte: Unidade de Auditoria Interna / UAUDI / CEFET/RJ

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Nº 01/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	06.03 Seguridade Social 06.03.01 Aposentadorias 06.03.01.02 Constatação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 14/2011/UAUDI de 02/06/2011 e Plano de Providências N. 02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Administração e Planejamento
Descrição da Recomendação	06.03.01.03 Recomendação: (1) Que seja anexada ao processo nº 23063.000234/2011-89 a publicação no DOU da Portaria nº 144 de 18/02/2011. (2) Quanto ao Processo nº 23063.000107/2011-80 que seja providenciada a retificação da Portaria nº 90 de 01/01/2011 fazendo constar no texto a matrícula SIAPE da servidora, anexando ao mesmo a referida retificação e sua publicação no DOU.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Recursos Humanos	
Síntese das providências adotadas	
(1). Foi devidamente anexada a cópia do DOU. Situação regularizada. (2) Por um lapso da DILEN no momento da elaboração da Portaria nº 090, DOU de 02/02/2011, aposentadoria de Maria das Graças Pereira Coelho, não foi colocado como de praxe a matrícula SIAPE. Situação regularizada através da Portaria nº 423 de 03/06/2011 – DOU nº 108 de 07/06/2011, s.2, p.108.	
Síntese dos resultados obtidos	
Regular formalização dos processos, visando a legitimidade dos atos de aposentadoria realizados na Entidade	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O Posicionamento do gestor foi de concordância com o teor da recomendação, não havendo nenhuma informação relevante que mereça ser destacada, vez que não houve empecilhos para cumprimento da mesma.	

Fonte: Unidade de Auditoria Interna / UAUDI / CEFET/RJ

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Nº 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	07.02 Contratos de Obras, Compras e Serviços 07.02.01 Formalização Legal 07.02.01.03 Constatação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 23/2011/UAUDI de 01/09/2011 e Plano de Providências N. 03/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Administração e Planejamento
Descrição da Recomendação	07.02.01.05 Recomendação: (1) Diante do exposto pela gestora do Contrato nº 35/2011 e das providências adotadas pela CEFET/RJ, recomendamos que sejam aplicadas as penalidades cabíveis previstas no contrato, caso não haja adoção de medidas saneadoras por parte da empresa contratada Embratec Ecofrotas – Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios Hom Ltda., visando resolver os problemas que vem ocorrendo na execução do Contrato nº 35/2011.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração	
Síntese das providências adotadas	
<p>(1) Existe em curso uma diligência sobre o aviso de intenção de aplicação de penalidade, onde aguardamos a resposta da contratada, garantindo o seu amplo direito de defesa, que é assegurado pelo arcabouço jurídico existente.</p> <p>Ocorrendo o fato de que a defesa da contratada não apresente fatos relevantes que sejam considerados suficientes para a suspensão das penalidades, a Diretoria de Administração e Planejamento aplicará-las de maneira tempestiva.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Regular acompanhamento e fiscalização do contrato celebrado com a Entidade, visando a fiel execução contratual pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e legislação vigente.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O Posicionamento do gestor foi de concordância com o teor da recomendação, não havendo nenhuma informação relevante que mereça ser destacada, vez que não houve empecilhos para cumprimento da mesma.	

Fonte: Unidade de Auditoria Interna / UAUDI / CEFET/RJ

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Nº 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	04.01 Recursos Disponíveis 04.01.01 Indenizações 04.01.01.03 Constatação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 23/2011/UAUDI de 01/09/2011 e Plano de Providências N. 04/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Administração e Planejamento
Descrição da Recomendação	04.01.01.04 Recomendação: (1) Diante do exposto, recomendamos a Diretoria de Planejamento e Finanças, que estabeleça um controle administrativo mais eficiente no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, orientando aos seus usuários que impeçam que tais impropriedades voltem a se repetir, ou sejam: a) Que o proposto, pessoa que se beneficia de diárias e passagens concedidas no âmbito da Instituição, apresente no prazo máximo de cinco dias, contados do retorno da viagem, entre outros documentos, o relatório circunstanciado sobre a viagem e seus objetivos, em cumprimento ao que estabelecem o art. 13 da Portaria/MEC nº 403, de 23/04/2009, art. 13 da Portaria/CEFET/RJ nº 263, de 25/05/2009 e o art. 4º da Portaria/MPOG nº 505, de 29/12/2009; b) Que o solicitante da concessão de diárias e passagens, pessoa responsável pela solicitação da passagem no SCDP e formalização da prestação de contas, verifiquem os documentos apresentados pelo proposto, antes de serem anexados ao SCDP; c) E que o proponente da concessão de diárias e passagens, sendo autoridade responsável pela indicação do proposto, pela análise da pertinência da missão, pela avaliação dos dados e documentação da viagem e responsável pela prestação de contas, façam avaliação dessa documentação de viagem apresentada pelo proposto, e regularizem no SCDP as pendências que possam existir.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Departamento de Planejamento e Finanças
Síntese das providências adotadas	Providências estão sendo implementadas junto aos usuários do SCDP.
Síntese dos resultados obtidos	Regularidade na utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP pela Entidade, visando o cumprimento dos aspectos formais e legais nas concessões, pagamentos e prestações de contas.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	O Posicionamento do gestor foi de concordância com o teor da recomendação, não havendo nenhuma informação relevante que mereça ser destacada, vez que não houve empecilhos para cumprimento da mesma.

Fonte: Unidade de Auditoria Interna / UAUDI / CEFET/RJ

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Nº 02/2011
Data do Relatório de Auditoria	31/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	06.01 Movimentação 06.01.04 Movimentação Entre Órgãos/Entidades 06.01.04.03 Constatação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 23/2011/UAUDI de 01/09/2011 e Plano de Providências N. 05/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Administração e Planejamento
Descrição da Recomendação	06.01.04.04 Recomendação: (1) Diante do exposto, recomendamos ao Departamento de Recursos Humanos apensar ao Processo nº 23063.000653/2011-11, a publicação da portaria do órgão cessionário, nomeando o servidor matrícula SIAPE nº 359662, para exercer o cargo comissionado conforme estabelecido no ato autorizativo do órgão cedente, constante na Portaria/CEFET-RJ nº 192 de 14/03/2011 e retificação publicada no DOU nº 84 de 04/05/2011, s.2, p.10, visando assim concluir a formalização do processo de cessão de acordo com legislação vigente.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Departamento de Recursos Humanos
Síntese das providências adotadas	(1) A portaria do órgão cessionário foi apensada aos autos.
Síntese dos resultados obtidos	Regular formalização do processo, visando a legitimidade dos atos de redistribuição e cessão de servidores realizados na Entidade.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	O Posicionamento do gestor foi de concordância com o teor da recomendação, não havendo nenhuma informação relevante que mereça ser destacada, vez que não houve empecilhos para cumprimento da mesma.

Fonte: Unidade de Auditoria Interna / UAUDI / CEFET/RJ

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Nº 03/2011
Data do Relatório de Auditoria	30/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	07.01 Processos Licitatórios 07.01.01 Formalização Legal 07.01.01.03 Constatação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 34/2011/UAUDI de 30/11/2011 e Plano de Providências N. 06/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Administração e Planejamento
Descrição da Recomendação	<p>07.01.01.04 Recomendação:</p> <p>(1) Que as numerações dos Processos nºs 23063.000190/2011-97, 23063.000224/2011-43, 23063.000227/2011-87, 23063.000591/2011-47, 23063.000611/2011-80, 23063.001033/2011-07 e 23063.001385/2011-54; sejam objetos de revisão pelos responsáveis da área, ficando caracterizado que os processos devem ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas, sem rasuras, devendo ser utilizado carimbo próprio para colocação do número e rubrica, aposto no canto superior direito da página. A numeração das peças se inicia no protocolo central e as peças subsequentes serão numeradas e rubricadas pelas unidades que as adicionarem. Nenhum processo terá duas peças com a mesma numeração, não sendo admitido diferenciar por letras.</p> <p>(2) Que sejam anexados aos Processos nºs 23063.000190/2011-97, 23063.000227/2011-87 e 23063.000611/2011-80; os respectivos Termos de Contrato, comprovantes de publicação do Extrato do Contrato e as Portarias de nomeação do Gestor do Contrato, visando assim garantir o controle e a plena realização da despesa;</p> <p>(3) Que seja retificado o texto do comprovante da divulgação do resultado da licitação do Processo nº 23063.000591/2011-47, e anexado ao mesmo;</p> <p>(4) Que seja anexado ao Processo nº 23063.001033/2011-07, o comprovante da divulgação do resultado do Pregão nº 39/2011; e</p> <p>(5) Que as aquisições sejam melhor planejadas, levando-se em consideração a uniformidade dos procedimentos, a padronização dos produtos e serviços, a otimização dos recursos, a racionalização dos processos e a redução dos custos operacionais, buscando com isso ganho em função da economia, controle mais eficiente dos gastos, transparência e celeridade, evitando assim que se faça vários certames licitatórios com o mesmo objeto, como no caso dos Pregões nºs 39/2011 e 65/2011 para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro de cobertura total e responsabilidade civil de veículos oficiais do CEFET/RJ. Sugerimos então que nos próximos exercícios, se centralize em um único processo licitatório, a contratação desse serviço para segurar toda a frota da Instituição, definindo os grupos de veículos oficiais relativos a cada apólice de seguro e suas respectivas datas de vigência, sendo o período de cobertura restrito a 12 meses.</p>
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Departamento de Administração
Síntese das providências adotadas	
<p>(1) Os processos citados na recomendação estão sendo revistos para a respectiva adequação processual;</p> <p>(2) Os processos 23063.000190/2011-97, 23063.000227/2011-87 e 23063.000611/2011-80 estão sendo corrigidos e os respectivos termos estão sendo anexados;</p> <p>(3) O texto do comprovante de licitação do processo 23063.000591/2011-47 está sendo retificado;</p> <p>(4) O resultado do pregão do processo 23063.001033/2011-07 está sendo incorporado aos autos,</p> <p>(5) Foi requisitado em reunião na Direção Geral que todos os centros de custos apresentem a sua programação de dispêndios de 2012 até o dia 29 de fevereiro de 2012 para que seja feito um melhor planejamento das aquisições.</p>	

Síntese dos resultados obtidos
Regular formalização dos processos licitatórios, visando a legitimidade nos procedimentos de compras e contratações de serviços realizados na Entidade.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
O Posicionamento do gestor foi de concordância com o teor da recomendação, não havendo nenhuma informação relevante que mereça ser destacada, vez que não houve empecilhos para cumprimento da mesma.

Fonte: Unidade de Auditoria Interna / UAUDI / CEFET/RJ

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Nº 03/2011
Data do Relatório de Auditoria	30/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	07.03 Gerenciamento de Estoques 07.03.01 Compras Sem Processos Licitatórios 07.03.01.04 Constatação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 34/2011/UAUDI de 30/11/2011 e Plano de Providências N. 06/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Administração e Planejamento
Descrição da Recomendação	07.03.01.05 Recomendação: (1) Que as numerações dos Processos nºs 23063.001272/2011-59, 23063.001278/2011-26, 23063.001314/2011-51, 23063.001774/2011-80, 23063.001775/2011-24, 23063.001989/2011-09 e 23063.002147/2011-66 sejam objetos de revisão pelos responsáveis da área, ficando caracterizado que os processos devem ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas, sem rasuras, devendo ser utilizado carimbo próprio para colocação do número e rubrica, aposto no canto superior direito da página. A numeração das peças se inicia no protocolo central e as peças subsequentes serão numeradas e rubricadas pelas unidades que as adicionarem. Nenhum processo terá duas peças com a mesma numeração, não sendo admitido diferenciar por letras. (2) E com relação ao Processo nºs 23063.001272/2011-59, seja feita uma ressalva na data do despacho as fls. 19, bem como seja anexado o comprovante de publicação do resultado da Inexigibilidade, visando atender sua formalização.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração	
Síntese das providências adotadas	
(1) Os processos citados na recomendação estão sendo revistos para a respectiva adequação processual, (2) Como solicitado, está sendo feita uma ressalva no despacho do processo 23063.001272/2011-59, assim como a apensação dos comprovantes do resultado da inexigibilidade.	
Síntese dos resultados obtidos	
Regular formalização dos processos sem licitação, visando a legitimidade nos procedimentos de compras e contratações de serviços realizados na Entidade.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O Posicionamento do gestor foi de concordância com o teor da recomendação, não havendo nenhuma informação relevante que mereça ser destacada, vez que não houve empecilhos para cumprimento da mesma.	

Fonte: Unidade de Auditoria Interna / UAUDI / CEFET/RJ

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Nº 03/2011
Data do Relatório de Auditoria	30/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	04.01 Recursos Disponíveis 04.01.01 Indenizações 04.01.01.03 Constatação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 34/2011/UAUDI de 30/11/2011 e Plano de Providências N. 07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Administração e Planejamento
Descrição da Recomendação	04.01.01.04 Recomendação: (1) Diante do exposto, recomendamos aos Gestores Responsáveis, que estabeleça um controle administrativo mais eficiente no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, orientando aos seus usuários que impeçam que tais impropriedades voltem a se repetir, ou sejam: a) Que o proposto, pessoa que se beneficia de diárias e passagens concedidas no âmbito da Instituição, apresente no prazo máximo de cinco dias, contados do retorno da viagem, entre outros documentos, os canhotos dos cartões de embarque, em cumprimento ao que estabelecem o art. 13 da Portaria/MEC nº 403, de 23/04/2009, art. 13 da Portaria/CEFET/RJ nº 263, de 25/05/2009 e o art. 4º da Portaria/MPOG nº 505, de 29/12/2009; b) Que o solicitante da concessão de diárias e passagens, pessoa responsável pela solicitação da passagem no SCDP e formalização da prestação de contas, verifiquem os documentos apresentados pelo proposto, antes de serem anexados ao SCDP.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração	
Síntese das providências adotadas	
(1) Os gestores de centro de custo e solicitantes foram avisados sobre a necessidade do cumprimento das normas estabelecidas, (2) As normas serão reiteradas novamente em fevereiro de 2012 e no momento de liberação dos recursos orçamentários.	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularidade na utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP pela Entidade, visando o cumprimento dos aspectos formais e legais nas concessões, pagamentos e prestações de contas.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O Posicionamento do gestor foi de concordância com o teor da recomendação, não havendo nenhuma informação relevante que mereça ser destacada, vez que não houve empecilhos para cumprimento da mesma.	

Fonte: Unidade de Auditoria Interna / UAUDI / CEFET/RJ

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Nº 03/2011
Data do Relatório de Auditoria	30/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	06.01 Movimentação 06.01.05 Estagiários 06.01.05.03 Constatação
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 35/2011/UAUDI de 30/11/2011 e Plano de Providências N. 08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Descrição da Recomendação	06.01.05.04 Recomendação: (1) Diante do exposto, recomendamos aos Gestores Responsáveis, que se altere o instrumental de frequência do PIBIT e PIBIC, no sentido que se faça constar o indicativo que registre o cumprimento pelo bolsista da carga horária mínima de 20 horas para a realização dos trabalhos de pesquisa, em atendimento ao que se estabelece no item 4.5, dos Editais/2011 - PIBIT e PIBIC, como requisito para o discente continuar participando do Programa de Bolsas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Pesquisa	
Síntese das providências adotadas	
(1) Foram efetuadas alterações no “Relatório de Frequência de Bolsista”, fazendo constar o item onde o professor orientador atesta ou não o cumprimento da carga horária por parte do bolsista para os programas PIBIC e PIBIT.	
Síntese dos resultados obtidos	
Regularidade nos processos de contratação, registro de frequência e pagamentos dos bolsistas realizados na Entidade.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O Posicionamento do gestor foi de concordância com o teor da recomendação, não havendo nenhuma informação relevante que mereça ser destacada, vez que não houve empecilhos para cumprimento da mesma.	

Fonte: Unidade de Auditoria Interna / UAUDI / CEFET/RJ

QUADRO A.16.2 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA
PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria N° 01/2011 de 31/05/2011
Item do Relatório de Auditoria	02.02 Avaliação de Indicadores de Desempenho 02.02.01 Análise dos Indicadores de Desempenho 02.02.01.02 Constatação
Comunicação Expedida	Memorando n° 14/2011/UAUDI de 02/06/2011 e Plano de Providências N. 01/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Administração e Planejamento
Descrição da Recomendação	02.02.01.03 Recomendação: (1) Incluir nos próximos relatórios de gestão das contas anuais do CEFET/RJ a análise sobre os dados (indicadores e componentes) mencionados no subitem 9.1.1 do Acórdão TCU n° 2267/2005, levando em conta as séries históricas desde 2005 e analisando os aspectos relevantes da evolução constatada. (2) Incluir nos próximos relatórios de gestão das contas anuais do CEFET/RJ, as informações sobre as medidas implementadas pela Instituição em decorrência dos resultados das avaliações realizadas pelo MEC nos cursos de graduação e de pós-graduação.
Justificativa da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Planejamento e Finanças	
Justificativas para o não atendimento	
<p>O Posicionamento do Gestor em relação à recomendação foi de discordância, e apresentou a seguinte justificativa através do Memorando n° 023/2011, de 10/06/2011:</p> <p>(1) Deve ser encaminhado ao Pesquisador Institucional para inclusão e análise, considerando que existe setor, servidor (cópia portaria em anexo) e função gratificada nomeada para este fim, pois o DEPAF apenas consolida informações, fato este que colocamos em cada rodapé a origem da fonte da informação.</p> <p>(2) Deve ser encaminhada aos diretores de áreas para a implementação pelos mesmos, em face relação direta com os resultados e ações implementadas. Reforço ainda que trata-se de informação acadêmica, relembrando que apenas consolidamos informações, pois não temos como avaliar resultados acadêmicos.</p> <p>Diante da justificativa, e entendendo improcedente as discordâncias apresentadas em relação as recomendações formuladas, a UAUDI através do Memorando n° 15/2011/UAUDI de 17/06/2011, prestou ao Gestor Responsável o seguinte argumento:</p> <p>“1) Referente ao Item 1.1 do Plano de Providências N.01/2011 – Como a organização e apresentação do Relatório de Gestão da Instituição é de responsabilidade do Departamento de Planejamento e Finanças, então entendemos que é atribuição do DEPAF colher junto as áreas competentes, todas as informações institucionais, sejam elas administrativas, orçamentárias, financeiras e acadêmicas, que se fazem necessárias constar, em conformidade com as instruções e decisões normativas do Tribunal de Contas da União.</p> <p>Obs: Não houve manifestação dos Gestores Responsáveis quanto ao posicionamento da UAUDI e das providências a serem tomadas.</p>	

Fonte: Unidade de Auditoria Interna / UAUDI / CEFET/RJ

Parte B – Informações contábeis da gestão

Declaração do contador responsável

DECLARAÇÃO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca			153010
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro	Data	31 de dezembro de 2011
Contador Responsável	Maria Luisa de Luca Mattos	CRC nº	078814/0-3

Parte C – Conteúdo específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades afins

Indicadores de Gestão – TCU – Acórdão Nº 408/2002

Nas tabelas abaixo (Tabela 42 e **Error! Reference source not found.**Tabela 43) podemos observar que o CEFET/RJ tem aumentado o número de alunos regularmente matriculados no Centro. Além disso, os outros indicadores relativos ao alunado apresentam crescimento sustentado. Um fato relevante a ser notado é que o esforço administrativo no exercício de 2011 resultou em diminuição do Custo Corrente por aluno. A memória de cálculo se encontra no ANEXO I - Memória dos cálculos necessários para o cumprimento do Acórdão Nº 408/2002 – TCU.

Tabela 42: Quadro C.7.1 – Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU - Acórdão Nº 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2007	2008	2009	2010	2011
Custo Corrente com HU	-	-	-	-	-
Custo Corrente sem HU	61.354.050,90	76.455.490,89	85.330,2	99.563.502,	112.794,83
			64,95	22	5,31
Número de professores equivalentes	140	139	555	556,5	585,50
Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	-	-	-	-	-
Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	347,50	377	444	423,75	444,75
Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	2.642	2.813	2.992	3.241	3.435
Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	67	138	183	198	224
Alunos de residência médica (AR)	-	-	-	-	-
Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	3.734,41	4.168,89	3.480,50	3.432,70	4.655,16
Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	6.799,63	7.548,74	5.723,30	6.101,00	8.435,30
Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI)	192	134	276	366	368
Número de alunos tempo integral de residência médica (ARTI)	-	-	-	-	-

Tabela 43: Quadro C.7.2 – Resultados dos indicadores – Decisão TCU - Acórdão 408/2002

INDICADORES DECISÃO TCU Nº 408/2002	EXERCÍCIOS				
	2007	2008	2009	2010	2011
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	-	-	-	-	-
Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	8.848,76	9.770,99	14.006,25	15.272,83	13.371,77
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	27,63	31,98	6,95	6,92	7,95
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	-	-	-	-	-
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	11,13	11,77	8,70	9,09	10,47
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	-	-	-	-	-
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	2,48	2,72	0,08	0,76	0,76
Grau de Participação Estudantil (GPE)	1,46	1,48	1,17	1,06	1,10
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,02	0,05	0,06	0,06	0,06
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3	3	3	3,25	3,00
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,60	3,70	3,60	3,72	3,85
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0,58	0,41	0,41	0,31	0,35

Conclusão

Este relatório teve por objetivo apresentar a análise e comentários da Gestão, incluindo seus elementos contábeis e financeiros de forma parametrizada e de maneira transparente, demonstrando o cumprimento de suas competências regimentais, suas execuções programáticas e as ocorrências gerenciais relevantes do exercício.

As dificuldades enfrentadas pela Instituição na implementação da sua programação, no que diz respeito à execução orçamentária e financeira, pressionada pela necessidade de terceirização de diversos serviços, não impediram o desenvolvimento em termos quantitativo e qualitativo, revelado pelo desempenho satisfatório das metas estabelecidas e avanços demonstrados em todos os segmentos da Instituição.

Apesar das dificuldades, o Centro conseguiu transformar os programas de governo em ações educacionais, viabilizando uma redução no custo corrente por aluno, em sintonia com um programa de aumento de vagas ofertadas. Além disso, os programas de mestrado e iniciativas de extensão foram incentivados e tiveram resultados significativos nas comunidades impactadas.

O CEFET/RJ durante os últimos anos passou por uma significativa expansão, que pode ser evidenciada pelo aumento de 3 (três) *campi* para 8 (oito). Essa expansão aumentou a atuação do Centro no Estado do Rio de Janeiro, atuação tal, que está focada no provimento social de cursos de formação em tecnologia de todos os níveis, iniciando no ensino técnico e findando na pós-graduação *stricto sensu*. Cabe salientar a importância dos cursos de graduação em Engenharia e Tecnologia nesse momento de crescimento econômico, que suprem as necessidades brasileiras com oferecimento de mais de 1500 vagas por ano. Esse quantitativo de vagas, que com a adesão ao Sistema Unificado de Seleção, teve o acesso democratizado, incentivando a mobilidade estudantil nacional.

Com raízes constituídas há mais de 95 anos, a capacidade e competência do CEFET-RJ como instituição de ensino tecnológico projeta naturalmente o seu futuro na transformação em Universidade Tecnológica, o que priorizaria o desenvolvimento de capital humano para as necessidades sociais, o que proporcionaria meios e formas de acesso ao ensino tecnológico público e gratuito com qualidade no Estado do Rio de Janeiro, para o desenvolvimento econômico e social da Região Sudeste e do País. Desta forma, cabe salientar que a expansão realizada foi capaz de levar a educação tecnológica a uma supra-região formada por mais de 40 municípios indiretos, provendo frutos a uma população de mais de 8 milhões de pessoas.

Além da educação tecnológica, é necessário destacar as atividades de extensão que integram o rol de ações tecnológicas à população da supra-região e a pesquisa e pós-graduação que vem se fortalecendo com os programas de pesquisa acadêmico através das parcerias constantes com as instituições de fomento como CAPES, FNDE, CNPQ e FINEP, no seu desenvolvimento, na implantação dos grupos de pesquisa, fortalecendo assim a estratégia de atuação voltada para a solidificação da pesquisa em todo o sistema CEFET/RJ.

Deve ser destacado o projeto de Universidade Tecnológica, o qual viabilizará a manutenção do desenvolvimento de capital humano para as necessidades do Sudeste Brasileiro, além de criar condições de sustentabilidade para a manutenção da pesquisa científica em diversos campos da natureza tecnológica.

ANEXO I - Memória dos cálculos necessários para o cumprimento do Acórdão Nº 408/2002 – TCU

Candidatos	Maracaná	Nova Iguaçu	Nova Friburgo	Maria da Graça	Petrópolis	Itaguaí	Angra dos Reis	Valença
Médio/Técnico	11513	2732	82	1033	71	506	191	64
Pós-Médio	696					367		
Tecnólogo	1855		412		429			
Graduação	8798	1776	240		342	903		

Vagas	Maracaná	Nova Iguaçu	Nova Friburgo	Maria da Graça	Petrópolis	Itaguaí	Angra dos Reis	Valença
Médio/Técnico	810	216	60	180	36	40	40	40
Pós-Médio	250					80		
Tecnólogo	160		80		80			
Graduação	540	144	80		80	80		

Candidato/Vaga	Maracaná	Nova Iguaçu	Nova Friburgo	Maria da Graça	Petrópolis	Itaguaí	Angra dos Reis	Valença
Médio/Técnico	14,21	12,65	1,37	5,74	1,97	12,65	4,78	1,60
Pós-Médio	2,78					4,59		
Tecnólogo	11,59		5,15		5,36			
Graduação	16,29	12,33	3,00		4,28	11,29		

Matrículas	2009	2010	2011
Bacharelado		2451	2602
Tecnologia		366	595
Licenciatura		0	141
Médio		1522	1533
Subsequente		444	512
Concomitante		4148	4813
Distância		200	123
PROEJA		29	59
TOTAL		9160	10378

Área	P. Grupo	Descrição da Área	Fator de Retenção	Duração Padrão
CS1	4,5	Medicina	0,0650	6
CS2	4,5	Veterinária, Odontologia, Zootecnia	0,0650	5
CET	2	Ciências Exatas e da Terra	0,1325	4
CB	2	Ciências Biológicas	0,1250	4
ENG	2	Engenharias	0,0820	5
TEC	2	Tecnólogos	0,0820	3
CS3	2	Nutrição, Farmácia	0,0660	5
CA	2	Ciências Agrárias	0,0500	5
CE2	1,5	Ciências Exatas - Computação	0,1325	4
CE1	1,5	Ciências Exatas – Matemática e Estatística	0,1325	4
CSC	1,5	Arquitetura/Urbanismo	0,1200	4
A	1,5	Artes	0,1150	4
M	1,5	Música	0,1150	4
CS4	1,5	Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Educação Física	0,0660	5
CSA	1	Ciências Sociais Aplicadas	0,1200	4
CSB	1	Direito	0,1200	5
LL	1	Linguística e Letras	0,1150	4
CH	1	Ciências Humanas	0,1000	4
CH1	1	Psicologia	0,1000	5
CH2	1	Formação de Professor	0,1000	4

Qualificação média	Valor
Doutor	156
Mestre	307
Especialista	107
Aperfeiçoado	0
Graduado	47
P.E.	3,85

Professor Equivalente	Nº
20 horas/semana	63
40 horas/semana	38
Dedicação Exclusiva	516
Prof. Equiv	585,50

Funcionário Equivalente	Nº
20 horas/semana	3
30 horas/semana	7
40 horas/semana	438
Func. Equiv	444,75

Cursos	Vagas Ano	Retenç ão	Duração (Dpc)	Matríc ulas	Concl uintes (Ndi)	Ndi*Dpc	1+Ret	Dpc*(Ni- Ndi)/4	AgT I	AgE
ADMINISTRAÇÃO	100	0,1200	8	437	74	592	1,120	52,00	715, 04	715, 04
ENG. CIVIL	80	0,0820	10	177	0	0	1,082	200,00	200, 00	400, 00
ENG. PRODUÇÃO	100	0,0820	10	399	77	770	1,082	57,50	890, 64	178 1,28
ENG. CONT. AUTOM.	40	0,0820	10	137	10	100	1,082	75,00	183, 20	366, 40
ENG. ELETRÔNICA	40	0,0820	10	175	18	180	1,082	55,00	249, 76	499, 52
ENG. ELÉTRICA	40	0,0820	10	208	24	240	1,082	40,00	299, 68	599, 36
ENG. TELECOM.	40	0,0820	10	170	16	160	1,082	60,00	233, 12	466, 24
ENG. MECÂNICA	100	0,0820	10	495	55	550	1,082	112,50	707, 60	141 5,20
GESTÃO AMBIENTAL	80	0,0820	6	195	29	174	1,082	76,50	264, 77	529, 54
SIST. INTERNET	40	0,0820	6	182	12	72	1,082	42,00	119, 90	239, 81
NI ENG. PRODUÇÃO	36	0,0820	10	191	1	10	1,082	87,50	98,3 2	196, 64
NI ENG. CONT. AUTOM.	36	0,0820	10	216	1	10	1,082	87,50	98,3 2	196, 64
IT ENG. MECÂNICA	80	0,0820	10	93	0	0	1,082	200,00	200, 00	400, 00
NF LICENC. FÍSICA	40	0,1000	8	65	0	0	1,100	80,00	80,0 0	80,0 0
NF GESTÃO TURISMO	40	0,0820	6	88	1	6	1,082	58,50	64,9 9	129, 98
PT LICENC. FÍSICA	40	0,1000	8	76	0	0	1,100	80,00	80,0 0	80,0 0
PT GESTÃO TURISMO	40	0,0820	6	131	22	132	1,082	27,00	169, 82	339, 65
TOTAL	972			3435	340				465 5,17	843 5,30